



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Declaro abertos os trabalhos da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2003, com a participação das seguintes comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle do Senado Federal.

O tema a ser debatido será a avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial do segundo semestre de 2002, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

A meu lado está o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central — como todos sabem, Deputado eleito, em que pese não ter sido empossado em razão de ter assumido a Presidência do Banco Central. Perdemos a oportunidade de tê-lo como colega, pelo menos nesta Legislatura — e o Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil.

Informo, ainda, que consta da pauta da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Requerimento nº 03/2003, de autoria do Deputado Jorge Alberto, que solicita a convocação do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos sobre a condução da atual política monetária cambial.

Estão à mesa representantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o 1º Vice-Presidente, Deputado Fábio Souto; o Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, Deputado Léo Alcântara; e o Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Anivaldo Vale. Não estão presentes os representantes da Comissão de Assuntos Econômico do Senado e da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Se houver Parlamentar que represente essas Comissões, convido-os para compor a mesa. *(Pausa.)*

Convido para tomar assento à mesa o Senador João Alberto, Relator nesta Comissão de Orçamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que elaborou o Orçamento de 2003.

De acordo com o estabelecido no § 2º, do art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de vinte minutos para fazer a exposição, não podendo ser apartado. A Mesa, porém, já acordou com o Presidente que ele terá prazo mais dilatado a fim de obtermos da sua exposição maior clareza.

Conforme estipulado no § 5º, do art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo.

Como os senhores já puderam perceber pela procura, a lista de inscrição está aberta e muitos já se inscreveram.

Antes de passar a palavra ao Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, informo que as duas últimas filas da sala estão liberadas para imprensa e assessores.

Com a palavra Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra estar aqui representando o Banco Central, principalmente considerando o enorme esforço que fiz, durante a campanha eleitoral do ano passado, visando eleger-me Deputado Federal e ingressar nesta Casa como representante do povo do Estado de Goiás.

Aceitar o convite para presidir o Banco Central teve para mim o custo muito grande de não poder estar nesta Casa, convivendo com V.Exas. de forma regular. De qualquer forma, considero-me privilegiado por estar aqui para falar sobre a importância do Banco Central e dos efeitos na economia de suas transações, operações e políticas.

Sr. Presidente, com o objetivo de fornecer o maior volume possível de informações, tomei a decisão de apresentar uma projeção de um bom número de imagens. Pretendo assim oferecer a V.Exas. clara visão das razões pelas quais o Banco Central tem tomado uma série de decisões. Ao mesmo tempo, essas projeções me forçarão, em benefício do tempo, a não me alongar em cada uma delas — passarei rapidamente pelas meramente informativas.

(Segue-se exibição de imagens.)



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para que se entenda o contexto do Banco Central, vou começar a apresentar a visão de crescimento econômico e de formação da taxa de juros, noções que deverão ficar mais claras à medida que prossigamos.

Em primeiro lugar, para examinar a atuação do Banco Central, é importante analisar antes o que determina o crescimento de um país, porque a finalidade de qualquer política econômica certamente é promover seu crescimento econômico e social.

Os determinantes básicos de crescimento de qualquer economia são produtividade (e para isso é fundamental a educação), Risco Brasil baixo (o que significa, a longo prazo, taxas de juros reais médias baixas) e estabilidade macroeconômica (o que significa, entre outras coisas, baixa inflação, previsibilidade, confiança nos contratos e maior estabilidade dos indicadores econômicos e do nível geral de poupança e de investimento).

Outro ponto importante é o fato de que muitas vezes se colocam, em lados opostos, crescimento econômico e estabilidade: ou se tem estabilidade ou se tem crescimento econômico. Devo dizer que não há na história recente do mundo experiência de crescimentos sustentados por longos períodos com inflação alta; ou seja, todas as experiências de crescimento sustentado por período maior foram acompanhadas de inflação baixa.

Temos aqui alguns exemplos recentes — poderíamos citar muitos — de países que têm crescido, mais recentemente, a taxas maiores, como Coréia, China e Índia — países emergentes com graves problemas, tal como o Brasil, mas que têm mantido a inflação na taxa de um dígito e têm tido, nos últimos seis ou sete anos, impressionante crescimento.

O México tem tido taxa de inflação um pouco maior — agora em queda —, mas muitas coisas vão bem na economia desse país.

Chamo também a atenção para Cingapura, que, dentre esses países, tem crescido a taxas maiores e há mais tempo. Trata-se de uma economia já amadurecida que continua crescendo a taxas muito altas, com uma inflação média de 1,5% ao ano.

Portanto, inflação baixa é pré-condição para o crescimento.

Falando na recente dinâmica da inflação no Brasil, desejo enfatizar que o Brasil, fenômeno conhecido de todos, teve aumento muito grande da taxa nominal de câmbio, particularmente da cotação do real frente ao dólar — o dólar subindo, o real se depreciando —, e isso teve impacto muito grande nos índices de inflação. Promoveu o chamado “choque de oferta”, na medida em que os bens importados subiram de preço em reais por causa da alta do dólar; mas, mais do que isso, os bens exportáveis, os chamados bens comercializáveis no exterior, também tendem a aumentar de preço junto com o dólar. Tudo isso gerou forte pressão inflacionária.

Passo a mostrar a trajetória da inflação dos últimos doze meses, desde janeiro de 1996.

Essa inflação refletiu, na realidade, o ano de 1995, de cerca de 22%; caiu, manteve-se em patamares entre 5% e 10% nos últimos quatro anos, e, a partir do final do ano passado, teve rápido crescimento. De fato, estamos em momento de pressão inflacionária. Isso é importante porque condiciona fortemente a atuação do Banco Central. No último trimestre do ano passado, nos meses de outubro, novembro e dezembro, a inflação foi de 6,6%; portanto, uma inflação anual de 29%. Um importante dado para condicionar as ações do Banco Central.

Chamo a atenção para outro aspecto. Além da inflação dos bens comercializáveis com o exterior, do efeito da desvalorização cambial, tivemos também a questão dos preços administrados. Se olharmos, por exemplo, o período de 1996 a 2002, na penúltima coluna, o IPCA subiu cerca de 100%, incluídos aqui os preços administrados; os preços livres subiram cerca de 70%, enquanto os administrados subiram 228%. Em resumo, houve forte pressão dos preços administrados, que ainda continuam pressionando a inflação.

Alguns itens de alto impacto popular também tiveram altas importantes. Desejo mencionar esse quadro de subida do dólar com impacto inflacionário, ou seja, a subida dos preços administrados relacionados.

Esse o ambiente em que o Banco Central tem de exercer a sua função.

O dado positivo, para não mencionar apenas os negativos, conforme previsão dos agentes econômicos — até agora mencionei inflação de doze meses passados; mas olhem agora para frente, para onde o Banco Central tem de olhar com muita atenção —, é que deverá haver queda nos índices inflacionários nos doze meses à frente. Por exemplo, as últimas pesquisas de mais de cem analistas do mercado já indicam inflação, nos próximos doze meses, de cerca de 9,6%, caindo desse patamar a que chegou, de cerca de 12%. Existe pois a



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

expectativa de que, pelas ações de política monetária do Banco Central, essa inflação comece a ceder.

Uma questão que aparece muito no Brasil hoje — isso está na essência do papel do Banco Central — é como combater a inflação. Pois bem, vou fazer a sumarização de um dos pontos onde vou me deter mais.

Existem quatro grandes maneiras de se combater a inflação na história recente dos países com política monetária organizada. Em primeiro lugar, temos o que já foi tentado muitas vezes na América Latina, inclusive no Brasil: controle de preços, controle de capitais, confisco, *tablitas*. Isso não tem funcionado, não há exemplo de funcionamento consistente das chamadas medidas heterodoxas.

Três formas de controle obtiveram sucesso, algumas temporariamente. Primeiro, o controle da taxa de câmbio, como o Brasil fez de 1995 a 1998, e a Argentina, na década passada. Esse sistema funcionou bem temporariamente em muitos países, mas mostra a limitação, por exemplo, que o País sofreu, com tendência à sobrevalorização da moeda. Isso demanda taxas de juros muito altas e grande financiamento externo para poder manter a taxa de câmbio sob controle. Portanto, esse sistema foi abandonado pela maioria dos países, e não há nenhum país hoje completamente independente que o utilize. Hong Kong ainda tem um câmbio nesse sentido, certamente um apêndice da China que usa a fixação ao contrário.

O controle dos agregados monetários, o velho monetarismo, também foi usado por muitos bancos centrais, por longo tempo, com relativo sucesso. Mas isso foi abandonado porque acabava gerando taxas de juros excessivas, gerando recessões fortíssimas. Concluiu-se que atualmente os agregados monetários, com o desenvolvimento dos mercados financeiros, passaram a ter a característica de imensa instabilidade, não sendo, assim, um meio muito eficaz de controle da inflação.

A metodologia do uso da taxa de juros como mecanismo de controle inflacionário é hoje objeto de consenso na maioria dos países.

Em suma, o Banco Central tem meta de inflação e para isso utiliza a taxa de juros, instrumento político monetário. Diversos países, tais como Estados Unidos, Inglaterra, Chile, México, Peru, Austrália, Nova Zelândia, utilizam-se desse instrumento. Mas a realidade é que, de forma explícita ou implícita, praticamente todos os bancos centrais dos países mais amadurecidos usam o sistema de metas de inflação.

Com relação à taxa de juros, chamo a atenção para alguns aspectos muito importantes. Por exemplo, a taxa de juros no Brasil hoje, a chamada SELIC, é de 26,5%. Vamos supor que a inflação em determinado período seja de 12,5% e a taxa SELIC se mantenha nesse patamar todo o ano. Nesse caso, a taxa de juros real seria de 14%. Se a inflação fosse de 8,5%, a taxa de juros real seria de 18%; se a inflação fosse de 20%, a taxa real seria de 6,5%.

Desejo mostrar que a taxa de juros tem um componente: a inflação. Portanto, quando olharmos a taxa de juros não podemos olhar apenas a taxa nominal, porque ela pode apenas estar refletindo a inflação. No Brasil, a inflação já chegou a atingir patamares de 1000% ao ano, juntamente com uma taxa de juros acima de 1000%. Isso não quer dizer necessariamente que fosse alta ou baixa. Pode haver um país praticando taxa de juros de 10% ao ano e essa taxa ser muito alta diante de uma inflação de 1% no período.

Outro aspecto importante é partirmos do pressuposto de que, quando a taxa de juros sobe, a inflação cai um pouco, e, quando a taxa de juros desce, a inflação tende a subir um pouco. Essa a experiência de praticamente todos os países do mundo. O Banco Central do Brasil e o mercado financeiro brasileiro têm estudos que demonstram isso. Pode o Banco Central baixar a taxa de juros e ela ficar igual ou negativa à inflação? A experiência mostra que não. Todo país tem a chamada taxa de equilíbrio de juros, aquela que não influencia a inflação nem para cima nem para baixo. Ilustro isso no gráfico à frente.

Vejamos: nos últimos anos, a taxa real de juros média no Brasil, isto é, aquela acima da inflação, corresponde a cerca de 19%, no período de 1995 a 1999, e, a cerca de 10,18%, de 1999 até fevereiro de 2003. Isso demonstra que conseguimos, nos últimos quatro anos, baixar a taxa média de juros, de forma substancial, na medida em que mudou o regime monetário de taxa de câmbio controlada para taxa de câmbio flutuante com regime de metas de inflação.

Não há dúvida de que essa taxa ainda é alta em termos internacionais.

Por que o Brasil tem alta taxa no âmbito internacional? Vou mostrar o conceito da taxa de equilíbrio. A taxa de equilíbrio é aquela que, em tese, não altera a inflação. É a taxa de juros



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

praticada quando a inflação não vai para cima nem para baixo. Cada país possui taxa de equilíbrio, conforme vou mostrar na projeção seguinte. Nesse dado país, por exemplo, a taxa de equilíbrio seria 7,5%. Vamos supor que houvesse inflação de 12,5%. Portanto, 20% seria a taxa equilibrada nesse país, e que não faria a inflação nem subir nem descer. Se o banco central quisesse apertar a política monetária para baixar a inflação, faria subir essa taxa; caso contrário, baixaria.

A taxa de equilíbrio no Brasil não é facilmente definível por causa do choque externo, da recente variação cambial que tivemos. Mas, historicamente, ela tem variado entre 5% a 10%. Vamos usar 7,5% como exemplo ilustrativo. Mesmo usando 7,5% e comparando-a com a de outros países, podemos verificar que, em média, a taxa de equilíbrio de outros países é menor do que a brasileira. Nos Estados Unidos, 2,75%; na Espanha, 2,88%; na Tailândia, 4,53%. Se nos Estados Unidos, em tese, a taxa base está por volta de 2,75%, não afeta a inflação. Se necessário, o banco central norte-americano faz subir a taxa para baixar a inflação ou faz descer a taxa se a economia estiver em recessão. No entanto, a taxa média do Brasil é maior. O Banco Central do Brasil não tem, digamos, a latitude para baixar essa taxa. Outra maneira de entender isso seria o chamado Risco País, qual seja, o risco que o País tem para se financiar.

Por que as taxas de juros reais, em geral, são mais altas no Brasil? Como podemos fazer para baixá-las de fato? Essa a grande aspiração de todos. Por que os juros reais são mais altos no Brasil?

Há, também, cumprimento de contratos no passado, particularmente na década de 1980; históricos recentes de superávit primário no setor público brasileiro; trajetória desfavorável da dívida pública do PIB por alguns anos, mas que se reverteu, ficou positiva; e reduzida participação do fator externo da economia, fator também importante.

Vou mostrar rapidamente uma série de gráficos para demonstrar a tendência, o que justifica, de algum modo, no passado — estamos olhando para trás —, a manutenção da taxa de Risco Brasil alta, que tem certa correlação com a taxa de equilíbrio.

O resultado primário obteve negativo comportamento no período de 1994 a 1998. A dívida pública, em relação ao produto, em consequência, também obteve evolução crescente. Portanto, do ponto de vista analítico, negativa. A balança comercial, devido à questão cambial, obteve também negativa evolução. A relação dívida externa, exportações e inconseqüência também foi crescente.

Desejo mostrar apenas que, nesse período, segundo os analistas internacionais, recomendava-se maior cautela em relação ao Brasil. Essa uma das razões de o Risco Brasil ter se mantido alto. O déficit em transações correntes, em consequência, cresceu e atingiu o pico de 33 bilhões de dólares em 1998, total que o Brasil perdeu nas suas transações correntes com o restante do mundo.

Como faremos para reduzir as taxas de juros reais? Em primeiro lugar, enfatizo que não é algo endêmico aos países emergentes nem latino-americanos o fato de o Brasil ter risco país alto, o que, em última análise, — repito — mantém correlação com a taxa de equilíbrio de juros real da economia. O México, com relativa taxa alta de risco, hoje está na faixa de 350 pontos. O Chile tem se mantido em níveis baixos.

Em resumo, é possível reduzir a taxa de risco país e, em consequência, a taxa de juros real da economia. Mas como? Estamos no caminho certo, porque os números que antes mostrei, de 1998 a 2003, mostram que a balança comercial saiu de um déficit de 6,6 bilhões de dólares para 13 bilhões de dólares positivos, no ano passado, e estima-se para este ano 16 bilhões de dólares — resultado projetado. O déficit em transações correntes caiu de 33 bilhões de dólares para 7,8 bilhões de dólares, no ano passado, e para 4,2 bilhões de dólares este ano. Em consequência, a relação dívida externa/exportações também se inverteu: passou de 4,7 bilhões de dólares para 3,5 bilhões de dólares. O resultado primário foi crescente: passou de 3,23 bilhões de dólares do produto, em 1999, para 4,25 bilhões de dólares, previstos para 2003. Assim como caiu a depreciação cambial. Em consequência, a relação dívida/produto tem sido cadente nos últimos meses.

Outra projeção mostra que o mercado internacional está reconhecendo o progresso do Brasil, não só nos últimos anos, mas particularmente nos últimos meses. O Risco Brasil, que atingiu cerca de 2.400 pontos em outubro do ano passado, agora já atinge 1.031 pontos. Quando verifiquei há pouco, estava em 1.020 pontos. Portanto, está caindo de forma



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consistente, o que demonstra ao mundo que, de fato, a economia brasileira está indo na direção correta.

A inflação representa uma ameaça. Todos os países que cresceram tiveram baixa inflação como condição prévia. A experiência internacional mostra que o instrumento mais eficaz é a taxa de juros. No entanto, para crescer a longo prazo precisamos baixar a taxa de juros de longo prazo, e não a taxa de juros de curto prazo. Para isso, é necessário baixar o Risco País e obter superávit primário sustentado, o que implica a necessidade da reforma da Previdência e da reforma tributária, assunto que está sendo discutido por V.Exas. Precisamos obter saldo comercial, exportar fortemente. Precisamos também das chamadas microrreformas; por exemplo, no tocante aos *spreads* bancários, que são altos e devem ser resolvidos.

Estou mencionando algumas discussões que serão feitas por V.Exas., a quem evidentemente caberá julgar o que deve ou não ser feito. Mas desejo salientar que há o reconhecimento de que o Brasil está caminhando na direção correta por estar a discutir todos esses assuntos.

Essa a ligeira visão, mas com bastante informação, do ambiente em que trabalha o Banco Central.

Vamos agora passar à parte mais direta do impacto fiscal das operações do Banco Central e do Tesouro Nacional. Vou ater-me ao período a que se refere o relatório que estou prestando, o ano de 2002, e, mais adiante, à questão do Banco Central, especificamente nos últimos seis meses.

A dívida líquida total do Brasil cresceu 3,96% do produto, em 2002. Chamo a atenção para aquilo que se relaciona ao Banco Central: 1,13% corresponde ao produto da apropriação de juros reais da dívida pública; o restante: variação cambial, 9,45%; reconhecimento de dívida, 0,92%; privatização, resultado positivo.

Apresento a evolução da dívida líquida do setor público como percentagem do Produto Nacional Bruto nos últimos anos e sua queda. A título ilustrativo, há projeção do Ministério da Fazenda — sob condições de inflação e superávit primário — sobre o comportamento da dívida líquida do setor público para os próximos oito anos. Há trajetória cadente, muito importante para a queda do Risco País.

Para ser mais específico, o Banco Central sempre utiliza o impacto de sua política monetária. Qual é o efeito, na dívida pública, da elevação de um ponto percentual na taxa de juros? Um ponto percentual na taxa de juros aumenta a dívida líquida do setor público em 0,2 pontos percentuais do Produto Interno Bruto. Esse percentual é nominal, porque, se houver 1% de inflação, o Produto cresce também 1% nominalmente. Significa que a relação entre dívida e produto se mantém. Portanto, o que de fato gera impacto na relação entre dívida e produto é apenas a taxa de juros real, não a taxa nominal. Precisamos lembrar que há componente de inflação inserido na taxa de juros.

Por outro lado, a depreciação permanente da taxa de câmbio real, depois de descontada a inflação de 1%, aumenta a dívida líquida do setor público em 0,2734% do PIB. Essa sensibilidade não implica desembolso de recursos, obviamente, mas o aumento da dívida.

Em relação à política cambial, segundo dados do ano passado, o Banco Central captou 4 bilhões de dólares no mercado externo até março de 2002. Muitas vezes, perguntam quais as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio no ano passado. No mercado, à vista, 5,8 bilhões de dólares; leilões de linhas de crédito, 2,7 bilhões de dólares; linhas de exportação, 1,7 bilhão de dólares; programa de recompra de bônus da dívida externa, até 3 bilhões de dólares. E fizemos acordo com o Fundo Monetário Internacional que nos garantiu 30 bilhões de dólares de linhas adicionais de financiamento até 2003, com saque em 2002 de 6 bilhões de dólares. E a razão disso é muito simples. No ano passado, conforme mencionado, houve crise de confiança na economia brasileira, a moeda começou a se depreciar fortemente, e, em determinado momento, houve problemas de liquidez. Na oportunidade, o Banco Central do Brasil entendeu que deveria evitar crise de maiores proporções, que seria bastante prejudicial ao País, e fez intervenções — como aqui indicado — no mercado à vista, em leilões de linhas de crédito, oferecendo também linhas de exportação para que elas não ficassem prejudicadas no Brasil.

Prosseguindo, apresento de forma gráfica as intervenções do Banco Central no correr do ano passado, que passaram a se dar de forma acentuada a partir de junho, quando começou a haver, de fato, maior desconfiança quanto ao desenrolar futuro da economia brasileira. Pois



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bem. O Banco Central tomou a decisão de evitar prejuízos maiores à economia, fazendo essas intervenções.

Com relação à dívida interna indexada ao câmbio, podemos afirmar que ela cresceu de junho de 2001 até junho de 2002, quando começou a cair em pequenas proporções.

O total de títulos da dívida pública indexados ao dólar atingiu, em março de 2002, o pico de 77 bilhões de dólares. Caiu pouco em junho e, em setembro, fortemente; e continuou caindo em dezembro. Nesse momento, o Banco Central do Brasil decidiu substituir os títulos da dívida cambial que estavam vencendo pelas chamadas operações de *swap*. O que são essas operações? O Banco Central dá a garantia de que o mercado terá condições de comprar certo volume de dólares, ou vice-versa. Não vou entrar em muita técnica. Por exemplo: se determinada empresa tomou 1 milhão de dólares e está temendo internar esses recursos porque não sabe quanto vai ter de pagar daqui a um ano pelo dólar, ela faz operação de contrato com o Banco Central, que se compromete a pagar a ela 1 milhão de dólares, e essa empresa se compromete a pagar a ele esse 1 milhão de dólares indexado à moeda interna, ao Fundo DI. Isso pode dar resultado positivo ou negativo. Na prática, significa que o Banco Central passou a assumir, em lugar do Tesouro, a parcela do risco cambial da dívida pública. Concluiu, na oportunidade, ser isso menos dispendioso para o Tesouro, porque naquele momento o mercado precisava de proteção para internalizar os recursos e não aceitava com facilidade o título do Governo, porque os investidores estavam preocupados com o futuro da economia brasileira. Portanto, isso fez com que o valor total de títulos públicos indexados ao dólar, no geral, caísse. Esse o resumo das chamadas operações de *swap* feitas no ano passado.

Também nos foi solicitada informação acerca das saídas líquidas das chamadas contas CC5 do ano passado. Estamos usando CC5 aqui para obedecer a jargão de mercado e facilitar o entendimento, mas o nome técnico utilizado é Transferência Internacional de Recursos em Reais. O volume total de Transferência Internacional de Recursos em Reais atingiu valores expressivos de agosto a outubro de 2002, também pelas causas conhecidas, caindo dramaticamente a partir do mês de novembro.

Essas são as operações registradas no Banco Central. Não confundam essas operações com as chamadas operações ilegais ou criminosas, pois estas normalmente são feitas fora do âmbito dos registros do Banco Central, no chamado mercado paralelo, mercado negro ou mercado livre. Portanto, as operações de Transferência Internacional de Reais são registradas e controladas pelo Banco Central do Brasil.

Em relação à política creditícia, podemos verificar que o volume total de créditos da economia tem crescido substancialmente desde 2000, estabilizando-se a partir da metade de 2002, também pelas causas conhecidas, e hoje talvez até caindo um pouquinho. Hoje está na faixa de 215 bilhões de reais.

O *spread* bancário — de fato motivo de preocupação de todos — estava num patamar muito alto em 2000; caiu de importante forma, subiu e se estabilizou hoje na faixa indicada. Mas, novamente, o Banco Central tem realizado estudos, visando, a médio prazo, a essa redução do *spread* bancário.

Com relação ao inadimplemento, podemos verificar que o total geral de inadimplemento, de problemas de crédito, está estável, com o de pessoa jurídica caindo um pouquinho e o de pessoa física, um pouco superior. Esse também é o comportamento total de inadimplementos.

Passando agora às contas do resultado do Banco Central do Brasil, especificamente, dados técnicos, receitas e despesas, todas as operações passam por esse item. Se positivo, após ajuste de reserva, é transferido como receita. Se negativo, é coberto como despesa do Tesouro Nacional, porque o Banco Central opera em nome do Tesouro, é autarquia do Governo Federal. Em ambas as situações, é contemplada no Orçamento fiscal a conta do Tesouro Nacional do ano seguinte ao ano da aprovação do balanço. Sumarizando as contas específicas do Banco Central, a grosso modo a estrutura patrimonial do ativo do banco, cerca de 48% estão, de uma forma ou de outra, indexados ao câmbio, e 52%, a índices internos. As reservas internacionais, obviamente, estão indexadas ao câmbio; as cotas de organismos internacionais estão indexadas ao câmbio; as operações do mercado de *swap* estão indexadas ao câmbio; também índices internos, títulos principalmente do Governo Federal, como LFT, LTN. Com o passivo ocorre o mesmo: 51% estão indexados ao câmbio, o que significa, por exemplo, empréstimos internacionais, empréstimos do Fundo Monetário, captações cambiais e também as operações de *swap* aqui incluídas. Os índices internos, 35% sem remuneração, reservas bancárias etc.,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

14%. Isso na data base de 31 de dezembro de 2002. Existem os dados para 30 de junho de 2002.

Vou me deter um pouco mais nesse gráfico — os outros foram informativos — a essência da nossa apresentação de hoje, que é o resultado do Banco Central.

O Banco Central do Brasil teve prejuízo, no segundo semestre de 2002, de 6 bilhões e 280 milhões de reais. De onde vem esse prejuízo? Vamos olhar a estrutura do balanço. O Banco Central teve lucro com as operações externas no valor de 15 bilhões e 800 reais. Enfim, aplicou mais na área externa do que nas obrigações. Nas operações do mercado aberto, o Banco Central também recebeu mais do que captou. O total de recursos aplicados pelo Banco Central no mercado aberto é maior do que ele capta, inclusive porque tem meio de pagamento, recursos não remunerados no passivo do Banco Central. É normal que ele dê lucro.

As operações com o Tesouro Nacional custaram aproximadamente 16 bilhões de reais. De onde vem isso? Da conta do Tesouro que o Banco Central remunera as taxas dos títulos do Tesouro. Portanto, taxa normalmente negativa. É a despesa do Banco Central, os recursos depositados pelo Tesouro no Banco Central.

Agora, dois itens mais complexos.

Sobre a questão do ajuste a valor de mercado de 5,8 bilhões de reais. O Banco Central do Brasil trabalha pelas normas internacionais de organizações bancárias, isto é, os títulos que ele tem na carteira podem vir a ser comercializados no mercado. O Banco Central eventualmente faz isso por questão de política monetária de expandir ou contrair a liquidez. Portanto, dispõe de certo volume de títulos que ele poderá vir ou não a comercializar no mercado, e, pelas normas internacionais, esses títulos podem ser ajustados ao valor de mercado.

Fato conhecido é que, devido à crise do ano passado, os valores de todos os títulos do Governo brasileiro caíram de valor. Estão se recuperando agora não só nacional como também internacionalmente. Se olharmos as cotações, os *C-bonds* — o papel do Governo brasileiro no exterior — estão subindo: tendo caído a 48 centavos, hoje já atingem 80 centavos. Os títulos internos (LFT) também tiveram variação nesse sentido. Portanto, o Banco Central colocou como despesa, na medida em que os valores desses títulos caíram. Isso é norma contábil; não é despesa real. Partindo-se do pressuposto de que os títulos serão honrados pelo Governo, o Banco Central manterá os títulos em carteira e vai recuperar esse valor no correr do tempo.

As operações de *swap*, com 14 bilhões de reais de prejuízo, refletem de novo a séria crise do ano passado, pelo fato de o real ter-se depreciado e o Banco Central ter vendido dólares para manter a despesa.

A boa notícia é que isso não foi despesa isolada. Se olharmos para o gráfico anterior, poderemos ver que o Banco Central substituiu títulos do Governo com indexação cambial. Dessa forma, podemos afirmar, com liberdade de expressão, que o Banco Central assumiu despesa cambial em nome do Tesouro. Portanto, essa despesa é produto do fato de o País ter dívidas indexadas ao dólar. Não é apenas uma decisão. Se o Banco Central não tivesse feito os *swaps* e o Governo tivesse mantido o volume total de proteção cambial oferecida ao mercado, por meio da dívida indexada ao dólar, a despesa ficaria diretamente alocada ao Tesouro, caso ele tivesse mantido mais títulos cambiais.

Resumindo, o Banco Central emitiu contratos de *swap* para substituir os títulos cambiais a vencer. Outras operações, 1,2 bilhões de reais — despesas administrativas e outras.

Vou detalhar mais os dados. Se olharmos pelo ângulo do indexador cambial, todos os títulos de ativo e passivo obtiveram resultado negativo de 2,8%. Índices internos 0,3%; ajustes a valor de mercado — conforme mencionado —, 58%; outras, resultados gerais, 3,15%. Há várias maneiras de olhar o balanço, mas, na verdade, são só detalhamentos.

Segundo os resultados do Banco Central por indexador cambial: dólar, DES, euro e ien, podemos ver que as grandes despesas foram, no caso, em DES, moeda usada pelo Fundo Monetário Internacional para seus empréstimos. Portanto, grande item de despesa é o Banco Central não tem ativos em DES, porque praticamente poucas instituições usam dessa moeda.

Por outro lado, as operações de *swap*, conforme mencionado, mostram outra forma de enxergar o balanço. Por indexador "índice interno", há prejuízo de 730 milhões de reais; basicamente nos títulos indexados por TR.

Passo a explicar a questão dos ajustes a valor de mercado. Vimos que a grande perda se deu nos títulos NTN — títulos indexados à moeda externa —, no valor de 7,7 bilhões de reais.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As NTN tiveram pequena valorização, enquanto as LFTs ficaram relativamente estáveis. A CVS teve pequena perda e os títulos da área externa tiveram ganho de 2 bilhões e 190 milhões de reais, resultando, portanto, perda líquida de 5,8 bilhões de reais.

Outras despesas foram com o valor de 3,15% de juros, resultados de 5,11 bilhões de reais; títulos do Banco Central, administrativos, a 640 milhões de reais; precatórios, 420 milhões; e outras despesas gerais, no total de 900 milhões de reais. Portanto, toda uma série de provisões e outras despesas de balanço.

Detalho aqui as operações de *swap* para que V.Exas. tenham noção dos valores. No dia 31 de dezembro — vejam a penúltima coluna — o Banco Central estava, de um lado, na chamada posição comprada, com 103 bilhões de reais, e, de outro lado, com 12 bilhões de reais. Significa que empresas tinham o direito de comprar do Banco Central o equivalente a 113 bilhões de reais em dólares, a preço determinado, e tinham obrigações de vender 12 bilhões de reais.

Finalizando, menciono as notas de auditoria. Uma nota, que é o resultado mais expressivo, diz que o Banco Central não provisionou todas as contingências judiciais. O Banco Central já havia provisionado cerca de 558 milhões de reais referentes a 781 ações com decisão de mérito desfavorável ao Banco Central. Foram cerca de 53 mil ações, muitas delas referentes ao Plano Collor e outros planos, ações de pequeno valor. Na realidade, por limitações orçamentárias, o Banco Central não foi capaz de desenvolver ainda um sistema de fazer provisão até dezembro. V.Exas. podem imaginar o que é prever o resultado de cada ação. Felizmente, algumas dessas ações mais importantes já têm decisões preliminares favoráveis.

Em última análise, há de se prever qual será o resultado de toda a contingência judicial a respeito dos diversos planos econômicos feitos no passado. Estamos trabalhando duro nisso e pretendemos, no decorrer do ano, dar previsão de balanço. Mas isso vai depender das decisões da Justiça; portanto, uma previsão sujeita a erros de avaliação.

Outra questão está relacionada ao acerto de contas em suspenso, previsto na Medida Provisória nº 45, e que tornou improvável a realização dos valores registrados. Como o decreto legislativo não foi aprovado dentro do prazo, em termos de efeito líquido, os resultados apurados no balanço, no dia 31 de dezembro, deverão ser mantidos. Significa que essa nota vai desaparecer do próximo balanço.

Finalmente, o Banco Central não contabilizou a obrigação atuarial dos servidores, em atendimento ao disposto na LRF, que significa a contabilização de obrigações futuras de aposentadoria. Esse assunto está em discussão na auditoria para se saber qual o melhor tratamento contábil a ser dado — assunto bastante complexo e muito técnico. Certamente, nos próximos balanços, o Banco deverá ter previsão a respeito.

Como observação final, o resultado constitui obrigação do Tesouro Nacional para com o Banco Central e deverá ser coberto até o décimo dia útil de janeiro de 2004. Portanto, o resultado de 6,28 bilhões de reais foi negativo no segundo semestre de 2002.

Na minha explanação, mostrei basicamente a situação da economia brasileira como um todo — onde se insere o Banco Central, qual o efeito das operações do Banco Central no Tesouro e, finalmente, o efeito disso no balanço do Banco Central.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Agradeço ao Dr. Henrique Meirelles a exposição.

Em primeiro lugar, considero prejudicado o requerimento do Deputado Jorge Alberto porque entendo que o Presidente do Banco Central tratou da questão que é objeto do seu requerimento. Não o colocarei em votação nem hoje nem em outra oportunidade. O Deputado poderá fazer outro requerimento, se assim o desejar.

Passamos agora à parte das indagações dos Deputados.

Encontram-se inscritos quinze Deputados. Se todos concordarem, poderemos dar a palavra para as arguições em bloco de três. Em seguida o Presidente do Banco Central responderia aos três, e assim por diante.

Se o número se mantiver em quinze, teremos apenas cinco blocos. Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado João Almeida, do PSDB da Bahia.

Antes, informo aos senhores que está à disposição nota técnica da consultoria para subsidiar eventual indagação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Srs. Presidentes das Comissões que realizam esta reunião conjunta, Sr. Presidente do Banco Central, companheiras e companheiros Parlamentares, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, parabênzo o Dr. Henrique Meirelles pela completa exposição feita e pela condução na economia, que tem contribuído para a alteração das negativas expectativas, injustificadas, criadas durante a disputa eleitoral.

Preliminarmente, desejaria retomar a discussão levantada ao tempo do convite feito a S.Sa. para ocupar a Presidência do Banco Central. À época, a imprensa publicou que S.Sa., tendo sido executivo do Banco de Boston, tratou da retirada ou da aposentadoria que teria vinculada àquele banco.

Em muitas discussões aqui, fui um dos que defendeu, contrariamente ao que se poderia imaginar, que isso seria bom indicativo, porque estava demonstrando que o Governo convidava executivo de alta qualificação, que poderia até perceber salários e remunerações naquele nível, numa disputa no mercado internacional. Efetivamente, para cuidar de banco nada melhor do que quem entende de banco. Essa discussão, travada desde a nomeação do anterior Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, perdurou por muitos dias. Recentemente, há na Bahia — e temos de dar satisfação aos nossos eleitores —, alguns chatos, que não se conformam com o assunto, que, para eles, ainda não está resolvido. Dizem eles: *“Ora, quando recebemos aposentadoria, a lei nos garante receber a aposentadoria pública. Quando se faz um pecúlio, há determinada lei que regula a aposentadoria privada”*.

O que regulará as relações do Presidente do Banco Central com seu antigo empregador para garantir retirada tão significativa? Não sei. Aí vem a especulação. É usual o grande executivo pactuar a remuneração continuada, quando ele se desliga de determinado grupo empresarial de porte. No entanto, ela é vinculada a compromissos do tipo *“não é possível trabalhar em empresas do mesmo ramo de negócios”* ou *“fica impedido de tratar de interesse conflitante com interesse daquela empresa”*.

Assim, o povo da Bahia não chega a fazer, certamente, aquilo que faria o Senador Aloizio Mercadante. Em absoluto, não tem cabimento dizer que o Presidente do Banco Central é pensionista do Banco de Boston. Foi quase a alteração feita aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – V.Exa. apresenta questão de ordem com base no § 5º do art. 256 do Regimento Interno.

Peço a V.Exa. que ouça a pergunta do Deputado João Almeida na íntegra para, depois, a Presidência decidir sobre a questão de ordem, a menos que ela não seja sobre o tema.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, a questão de ordem é exatamente sobre o que está falando o Deputado João Almeida. Não é objeto da palestra do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Solicito a V.Exa. que deixe o Deputado concluir seu pronunciamento, porque a Mesa tomará a decisão sobre o enquadramento ou não do art. 5º.

Já havia percebido a intenção, pelo rumo da pergunta, mas quero dar ao Deputado João Almeida a oportunidade de concluir sua intervenção.

Posteriormente, repito, a Mesa tomará decisão sobre a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Certamente, como disse, não tem cabimento. A acusação seria intolerável, mas interessante para esclarecer a situação, a fim de que possamos proceder à defesa de V.Exa, como é de agrado.

Qual é o tipo de relação existente? É a relação pública que não vincula, de alguma forma, sua atual função de Presidente do Banco Central à de Deputado, que teria assumido compromissos com a instituição privada a que V.Sa. estava vinculado anteriormente?

V.Sa. responderá as perguntas, se achar conveniente.

No que se refere ao objeto específico desta reunião, V.Sa. está consciente de que estamos reunidos por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Talvez não saiba, mas tal legislação, elaborada no Governo anterior, foi muito combatida pelo PT e pelo PCdoB, que



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentaram ao projeto diversas emendas, essa inclusive. A obrigação de prestar contas regularmente não estava incluída na proposta original. Ela foi sugerida, à época, em especial pelo Líder Sérgio Miranda, absorvida pelo Congresso e sancionada pelo Governo.

Ainda assim, votaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Insatisfeitos, foram ao STF pleitear a ação direta de inconstitucionalidade. Nesse sentido, há decisão preliminar favorável à manutenção dos dispositivos da lei que eles alegam ser inconstitucional. Mas não há decisão definitiva.

O que V.Sa. pensa sobre o assunto? A lei é boa? Os dispositivos estão corretos? Deve, portanto, o Governo, por meio do Advogado-Geral da União, manter a posição defendida ou ela deve ser alterada?

Quando da aprovação do Orçamento, negociamos no Congresso Nacional o superávit primário de 3,75; depois, o valor foi alterado para 4,25.

A pergunta que faço é a seguinte: a decisão foi tomada a pedido do FMI ou foi exclusiva do Governo?

Também assistimos por muito tempo na Câmara dos Deputados ao então Deputado e hoje Senador Aloizio Mercadante falar em baixar 1% o valor das taxas de juros, o que geraria superávit muito grande em um ano e possibilitaria maior aumento no salário mínimo. Ouvimos tal discurso por quatro anos.

O que constatamos agora, no Governo de que V.Sa. participa, é que a taxa de juros foi de novo elevada. O salário mínimo anunciado foi aquele negociado no Congresso Nacional em dezembro.

O Governo elevou o superávit primário a níveis altos, mais de 7%, no período de janeiro a março, e contingenciou os gastos no período. Assim, tínhamos a expectativa de que haveria recomposição do salário mínimo, pelo menos no patamar de 250 reais, compatível com os índices da cesta básica há um ano. Não ocorreu.

Seria interessante que V.Sa. esclarecesse o jogo de elevação da taxa de juros com reflexo no salário mínimo e no conjunto da economia. Se a taxa de juros não tivesse sido elevada em 1%, quanto sobriaria eventualmente? Tal medida garantiria patamar superior para o salário mínimo em relação ao valor anunciado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Sérgio Miranda, decidiremos a questão de ordem do Deputado Pedro Novais.

O entendimento da Mesa é de que a primeira parte da indagação do Deputado João Almeida, na forma do § 5º do art. 256, não está inserida no objeto da presente reunião.

Fomos liberais no tocante às indagações do Deputado João Almeida e, da mesma forma, poderemos ser generosos com as respostas que o Presidente do Banco Central considerar convenientes.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central veio a este conjunto de Comissões dar informação sobre a ação do Governo anterior? Ele é figura pública, Presidente do Banco Central. Teve a gentileza de fazer a exposição técnica sobre a ação do Governo do Deputado João Almeida, quando o Banco Central deu a este País, no ano de 2002, o prejuízo de 17 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Deputado Sérgio Miranda, sua intervenção, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Reforço o aspecto que o Deputado Pedro Novais abordou. O Deputado João Almeida poderia travar a discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal comigo e não usar indiretamente a pessoa do Presidente do Banco Central. Quer discutir comigo? Vamos discutir a ADIN, as nossas emendas.

Friso que o Presidente do Banco Central cumpre a determinação legal de expor o prejuízo da Administração do Governo anterior, prestar contas das políticas monetária, de crédito e cambial também do Governo anterior. S.Sa. tem total liberdade de responder ou não as indagações fora de pauta apresentadas pelo Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Magno.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, V.Exa. tem de zelar pela qualidade desta audiência. É a primeira oportunidade que a autoridade principal do Banco Central vem a esta Casa e a várias Comissões.

Os interpelantes devem apresentar perguntas mais objetivas, observando o Regimento, direcionadas ao foco do debate. Assim, o trabalho será melhor não só para nós, Deputados e Senadores, mas para o País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Obrigado, Deputado João Magno.

As respostas ao Deputado João Almeida serão dadas oportunamente, de acordo com o que estabelece o § 5º do art. 256 do Regimento da Câmara.

Como já decidi o assunto, passo ao próximo orador inscrito, conforme a idéia de termos três oradores antes da intervenção do Presidente do Banco Central, Deputado Wasny de Roure, pelo PT do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, senhores integrantes da Mesa, Sr. Presidente do Banco Central, cumprimento V.Sa. pela dignidade com que tratou a questão pública no período da sua escolha, pois enfrentou delicado quadro político, ainda que eleito pelo partido derrotado nas eleições. V.Sa. entendeu que o interesse público era maior do que as divergências políticas.

Sr. Presidente, tenho quatro questionamentos. O primeiro deles é: quais são os efeitos dos juros e do câmbio sobre a dívida pública em 2002 e de que forma o superávit fiscal contrabalançou tais efeitos?

Segundo ponto: afirma-se que o superávit fiscal não tem sido utilizado para abater a dívida pública. Portanto, quais os mecanismos que fazem com que o superávit primário ajude a controlar o aumento da dívida pública, infelizmente, herdado a níveis estratosféricos, que tanto envergonha o povo?

Terceiro: dada a estrutura patrimonial do Banco Central, qual a sensibilidade dos resultados da autarquia em relação à taxa de juros e ao câmbio? Qual a atual situação dos empréstimos do PROER, que, se entendi suas considerações, em momento algum foi abordado por V.Sa.? Quanto foi emprestado e recuperado? Os dados estão disponíveis?

Por último, indago como se pode analisar a autonomia do Banco Central, tendo em vista os enormes impactos das operações da instituição sobre a dívida pública e os elevados prejuízos da autarquia nos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Muito obrigado, Deputado.

Passamos a palavra ao último orador desta série, Deputado Alberto Goldman, do PSDB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Henrique Meirelles, cumprimento V.Sa. por sua presença nesta Comissão, impositivo legal, felizmente porque não foi dado ao Banco Central e àqueles que entraram com ação direta de inconstitucionalidade liminar suspendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Felizmente, por causa disso, V.Sa. está nesta Comissão respondendo a questões e apresentando o balanço do último trimestre do ano passado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Esse artigo não foi impugnado na ação, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O argumento é que havia inconstitucionalidade em todas as normas que tratam do Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal. Era uma das alegações para a suspensão da lei.

Todas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratariam do Banco Central não poderiam estar ali incluídas — pelo menos, é a informação de que disponho. Podemos discutir o assunto em outro momento.

Felizmente, V.Sa. está presente a esta reunião.

A primeira questão refere-se à regulamentação do art. 192. É opinião de alguns, inclusive do Senador Dutra, quando do debate no Senado Federal, que a falta de regulamentação do referido artigo dá poderes amplos e excessivamente autônomos ao Banco Central para suas operações. Ao contrário de outras opiniões, a tese de S.Exa. é de que exatamente a falta de regulamentação do art. 192 dá ao Banco Central poderes amplos e excessivamente autônomos — essa era a opinião do Senador Dutra. Quero saber a opinião de V.Sa. a respeito disso.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Minha segunda indagação está relacionada ao entendimento que o Governo recentemente adotou — e que talvez seja a posição mais importante nesta fase inicial do ano. Refiro-me à aprovação da alteração do art. 192, proposta pelo Senador José Serra. Após sofrer reformulação no Senado Federal, a proposta chegou à Câmara dos Deputados. No aspecto do fatiamento, a mudança foi desnecessária, porque existem decisões do Supremo Tribunal Federal, até quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que não é preciso haver apenas uma única lei para o sistema financeiro — a regulamentação pode perfeitamente ser feita por partes, independentemente da emenda que está tramitando. A inovação da emenda reside na eliminação de incisos e parágrafos, particularmente do parágrafo que determinou o percentual de 12% como limite real da taxa de juros. Vimos na exposição aqui feita que, mesmo nos períodos anterior e atual de governo, isso era inviável. Portanto, realmente vamos votar a favor da retirada daquele dispositivo da Constituição.

Temos informações de que isso estava como obrigação do Governo na última revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, quero saber se a informação corresponde à verdade.

A terceira e última questão que trago, pois alguns Deputados já fizeram perguntas que eu desejava fazer, é a seguinte: na avaliação de V.Sa., quanto ao último trimestre do ano passado, considerando o que se passou, o estágio em que chegamos e o fato de V.Sa. ter assumido a responsabilidade de chefiar o Banco Central a partir do dia 1º de janeiro, há verdade na afirmação de que se trata de herança fiscal maldita?

Eram essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Tem a palavra o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, para responder as indagações dos três Deputados.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, usando da liberdade concedida pelo Sr. Presidente, darei a resposta à primeira pergunta com a minha aposentadoria, conquistada depois de 28 anos de trabalho ininterrupto na instituição.

A aposentadoria é produto de plano de pensão, da mesma forma que qualquer instituição de grande porte tem hoje no mundo. Atendendo ao seu questionamento direto, o plano não tem qualquer cláusula de contraprestação dos serviços, configurando-se, portanto, direito líquido e certo. Existe um fórum, estabelecido pelo Governo anterior, para julgar esse tipo de situação, que é a Comissão de Ética Pública da Casa Civil da Presidência da República. A Comissão analisou todos os aspectos relevantes não só da aposentadoria, mas de meu patrimônio pessoal, e concluiu, por meio de nota pública assinada pelo Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, que toda a minha estrutura patrimonial, em que se inclui a aposentadoria citada nominalmente, atende ao código de conduta do Serviço Público Federal.

Portanto, acredito que, a partir desse ponto de vista, está esgotado esse assunto.

Em relação à questão de a Lei de Responsabilidade Fiscal ser boa ou ruim, acredito que não cabe a mim julgar. É uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, existe uma discussão, no âmbito Legislativo, de itens ou de aspectos específicos, e uso da liberdade de não entrar nesse questionamento. Possivelmente, se tivesse assumido meu mandato de Deputado Federal, estaria discutindo com muito vigor, dando minha opinião sobre o assunto, mas acredito ser apropriado ater-me ao meu mandato fundamental, que é prestar contas da atividade do Banco Central no segundo semestre de 2002.

Em relação ao superávit primário, cuja meta subiu para 4,25, de uma meta do ano passado de 3,75 do PIB, se isso foi um pedido ou uma exigência do Fundo Monetário Internacional, minha resposta é que não. Foi uma decisão do Governo, partindo do pressuposto de que é importante exatamente para que a relação de endividamento do Governo brasileiro com referência ao PIB atinja índices mais razoáveis no futuro, que isso possa melhorar o Risco País, que possa baixar a taxa de juros e o País possa voltar a crescer.

Em relação à taxa de juros e seu reflexo sobre a economia, particularmente no que diz respeito ao salário mínimo, respondendo sua pergunta sobre quanto sobriaria para o salário mínimo depois do aumento de juros, procurei demonstrar na minha exposição que a missão básica do Banco Central é manter a inflação baixa, o que não é só condição essencial para o crescimento econômico de qualquer país, mas também para que as classes mais pobres não sejam prejudicadas, pois a história recente da inflação no Brasil mostra que inflações altas só beneficiam aqueles que têm maior poder de indexar seus recursos, seus rendimentos e,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

portanto, usufruir da própria inflação. As classes de menor poder aquisitivo são as que mais se prejudicam, são as mais apenadas pela inflação.

Portanto, a missão do Banco Central é manter a inflação baixa. Para isso, usa os instrumentos de que tem disponibilidade.

Parto agora para responder as perguntas seguintes. Em primeiro lugar, quanto aos efeitos dos juros e câmbio. Em relação à pergunta específica se, no passado, o efeito do câmbio levou a um aumento líquido da dívida, tendo em vista que uma parcela importante da dívida do setor público brasileiro — como mencionei inclusive na minha apresentação —, era indexada ao câmbio, quero dizer que, de fato, há uma parcela importante da dívida, que é a dívida externa, também relacionada ao câmbio. Na medida em que houve depreciação cambial significativa, isso de fato fez com que o efeito da dívida fosse bastante importante, obedecendo à curva que mostrei no gráfico. Ou seja, partiu de uma fase de cerca de 55, chegando a 62, partindo lá atrás de 47% do PIB, voltando a uma faixa de 55% do PIB; 56,7% hoje.

Além do mais, é importante dizer que o efeito líquido — portanto, de 31 de dezembro a 31 de dezembro, como mostrei — foi um aumento da dívida em cerca de 3.7% do PIB. Portanto, houve de fato, no ano passado, nesse período analisado, aumento da dívida em relação ao PIB como resultado dos juros e do efeito cambial.

Em relação à pergunta seguinte, os mecanismos para que o superávit primário venha a diminuir a dívida pública ou a relação da dívida pública com o PIB, é muito importante dizer que, em primeiro lugar, tem de se assegurar seja o superávit primário sustentável e, para isso, é necessário que se discuta de fato, na minha opinião, as reformas fundamentais para que o superávit primário seja sustentável, e que isso possa, portanto, fazer com que os investidores e a população em geral de brasileiros e de habitantes do exterior possam ter maior credibilidade na política, de maneira que a taxa de câmbio tenha maior estabilidade, que a taxa de juros real de longo prazo, como expliquei também, em relação ao Risco País possa diminuir, porque na medida em que o Risco País cai, o custo de financiamento do Brasil também cai de forma importante.

Portanto, isto é que permite esse conjunto de coisas. As reformas fundamentais, a queda do Risco Brasil com o conseqüente crescimento econômico e o superávit primário conjugado vão permitir que a dívida entre nessa trajetória cadente, que foi a projeção do Ministério da Fazenda.

Em relação à sensibilidade dos balanços do Banco Central aos juros e ao câmbio, digo que o Banco Central tem ativos e passivos, como mostrei, que são indexados ao câmbio e às taxas de juros internas. Diria que é uma equação que depende um pouco da evolução do mercado; não há uma regra fixa para se definir que o impacto da taxa de juros afete positiva ou negativamente o Banco Central, depende um pouco da composição dos títulos de carteira que o Banco tem e da relação entre taxa de juros e taxa de câmbio.

Se voltarmos às primeiras transparências que mostrei, a respeito das contas do Banco Central, veremos com clareza exatamente isso. Mencionei, por exemplo, que cerca de 48% dos ativos do Banco Central são indexados ao câmbio e 51% do passivo, *versus* 52% de índices internos, o que corresponde a 35% do passivo e 14 sem remuneração.

Isso mostra que o Banco Central foi atingido fortemente pela remarcação dos títulos do Governo Federal a valor de mercado, pela queda dos valores do título, que foi quase equivalente ao prejuízo do Banco Central, além das operações de *swap*. Estas, sim, são um item fora de balanço, mas atingem diretamente o resultado do Banco Central.

Em resumo: a depreciação cambial atinge diretamente o resultado do Banco Central, que tem uma posição líquida de exposição ao *swap* pouco acima de 100 bilhões de reais. Portanto, uma taxa de câmbio atinge, digamos, diretamente o Banco Central nesse aspecto.

Para que possa finalizar com a pergunta relativa ao PROER, vou mencionar a questão da autonomia do Banco Central e o impacto sobre a dívida pública. Como seria um Banco Central autônomo e qual o impacto que tem a política do Banco Central sobre a dívida (*ininteligível*) e, portanto, o que seria de se pensar sobre um Banco Central autônomo, tendo essa latitude.

Em primeiro lugar, todas as experiências, em diversos países, de Banco Central que adquire autonomia mostram que Bancos Centrais autônomos têm como conseqüência uma economia em que as taxas de juros são, em média, baixas em termos reais, a inflação também tem média baixa em termos reais e a taxa média de crescimento tem aumentado.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por que isso? É uma questão simples: quanto mais credibilidade tem o Banco Central ou quanto mais os agentes econômicos respeitem a capacidade de o Banco Central atuar — e não tenho dúvidas sobre a autonomia do Banco Central —, maior efeito têm as ações do Banco Central. Essa é, digamos, a experiência de outros países.

Além do mais, é importante dizer que, mesmo em Bancos Centrais que tenham autonomia, existem metas muito claras estabelecidas pelo Governo. No caso, por exemplo, dos modelos que estão sendo discutidos no Brasil, as metas de inflação, de política econômica serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional e caberá a um banco central a autonomia apenas para implementar a decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional. Não que o Banco Central vá traçar políticas. Terá de atender a determinações específicas, tendo até mesmo menor liberdade de ação, pois as determinações governamentais que o Banco Central terá de seguir passam a ser determinadas de maneira formal.

Além do mais, é importante mencionar que, da mesma maneira que outros órgãos com determinado tipo de autonomia, os membros do Conselho de Política Monetária e o Presidente da instituição são eleitos pelo Congresso e, certamente, terão seus mandatos revisados em período predeterminado e terão de prestar contas ao Congresso, da mesma maneira que estamos fazendo aqui. Portanto, os mecanismos de fiscalização da sociedade, de certa forma, aumentam, ficam mais acentuados, digamos assim.

Em relação à sua pergunta anterior, os créditos a receber do PROER no dia 31 de dezembro de 2002 somam 27 bilhões, 880 milhões, 894 mil reais. Os valores provisionados até hoje são 8 bilhões, 969 milhões, 738 mil reais. Hoje são esses os valores do PROER; portanto, configuram os dados do Banco Central no momento.

Passo às perguntas seguintes, em relação ao art. 192. Até que ponto a falta de regulamentação dá poderes superiores de autonomia ao Banco Central? Diria que não há dúvida de que, com a aprovação da responsabilidade monetária e com a definição clara dos poderes e da responsabilidade do Banco Central, o Deputado poderia, de certa maneira, restringir mais e permitir ao Congresso ter maior acesso às atividades e ações do Banco Central.

Não há dúvida de que o projeto de autonomia do Banco Central estabelece responsabilidades muito claras e impõe-lhe diversas restrições. Evidentemente, o que está em discussão é como se dará a regulamentação do art. 192. Tudo isso será definido na medida em que a regulamentação vier de fato a ser apresentada e discutida, o que não é ainda o caso.

A respeito da revisão do acordo do FMI, não há exigência formal do Fundo Monetário quanto a decisões específicas em relação à autonomia do Banco Central. Evidentemente, se discute. Nas reuniões e nas trocas de correspondências o Governo brasileiro informa tudo aquilo que está sendo feito, há discussões, e o Fundo dá opiniões, mas são opiniões técnicas. Não há, nos critérios de contingenciamento necessários para o empréstimo, nenhuma exigência nesse aspecto.

Quanto à última pergunta, sobre herança fiscal maldita do Governo, diria que não há dúvida de que o Brasil é um país que teve, principalmente durante o ano passado, uma situação de dívida pública complicada. E isso se refletiu nos números que apresentamos. Não há dúvida de que é meta de todos nós, brasileiros, termos um setor público com fator de risco melhorado nos próximos anos, de maneira que a taxa de juros possa cair etc.

Em resumo, acredito que há esforço grande, que começou nos últimos anos, como mostrei nos gráficos, e que está sendo continuado com ênfase. Acredito fortemente que as medidas tomadas de aumento do superávit primário, de combate à inflação, assim como todas as que estão sendo tomadas, vão conduzir a uma continuada queda do Risco Brasil. O que o Risco Brasil mede, Deputado? Isso é importante. Mede, em última análise, a qualidade do crédito público brasileiro, que é a essência da sua pergunta.

Não há dúvida de que tivemos, no ano passado, por fatores diversos, aumento do Risco Brasil, que chegou a 2.400 pontos. Agora voltou a cair para os níveis anteriores. Quanto às razões para isso, deixo para V.Exas., que têm mandato popular, discutirem, pois não me cabe emitir esse tipo de julgamento subjetivo. Apenas mencionei a evolução do Risco Brasil, que está agora numa linha positiva. Esperamos todos que continue a cair. Mas, como observei no gráfico, não há dúvida de que, com o esforço fiscal, e os efeitos em outras áreas da economia, que começou nos últimos anos, o prosseguimento da queda dessa taxa continue, o que é fundamental para a economia brasileira.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Solicito ao Plenário que se mantenha em silêncio para que possamos escutar melhor os oradores inscritos.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, do PPB do Paraná.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente do Banco Central, observei com muita atenção os ricos gráficos apresentados por V.Sa. Sua exposição foi muito clara, muito objetiva e muito didática. Pudemos perceber com clareza o efeito Lula: a instabilidade por que passamos com o aumento da taxa de câmbio e a elevação do Risco País em razão do processo eleitoral.

Foi um custo alto, mas V.Sa. o defendeu com precisão. Aliás, quero elogiar sua postura em defender a política adotada pelo Banco Central em período anterior a sua gestão, mas que coincide com os princípios que continuam norteando o Governo brasileiro na condução da política econômica.

Evidentemente, o fato de continuarem em vigência os mesmos princípios que defendíamos e aplicávamos é que tem provocado a queda do Risco País — nem a guerra contra o Iraque tem provocado efeitos tão graves quanto provocou o efeito Lula: o PT defendia o contrário do que está sendo feito agora, e o mercado pensava que, eleito o partido, praticaria o que vinha defendendo em seus discursos.

É saudável podermos estar hoje comemorando resultados positivos advindos da mudança de postura por parte do Partido dos Trabalhadores. Aliás, nesse final de semana, vi notícias na imprensa de que o Presidente do partido, José Genoíno, ameaçou de expulsão os companheiros que não votassem a favor da autonomia do Banco Central.

Acredito que no momento em que o PT e o Governo resolverem suas diferenças, no momento em que a imprensa não mais veicular notícias de que o PT discorda do Governo, aí, sim, o Risco Brasil vai cair ainda mais, assim como o câmbio, e então será possível a estabilidade com crescimento sustentável vigorar no País.

Tecidas essas considerações, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles se tem expectativa de que o processo de decisão sobre a autonomia do Banco Central seja concluído ainda este ano e, com isso, também ainda este ano podermos ver os reflexos sobre o mercado, por V.Sa. mencionados, resultantes dessa decisão.

Quero também fazer perguntas sobre o *spread* bancário. V.Sa. falou de duas maneiras: primeiro, colocou a redução do *spread* bancário na microrreforma — gostaria que V.Sa. explicasse o que entende por microrreforma — e, em seguida, disse que a redução do *spread* bancário estava sendo avaliada por estudos do Banco Central. Quero saber exatamente que mecanismos o Governo espera obter para que o *spread* bancário seja efetivamente reduzido.

V.Sa. apresentou projeção sobre a dívida líquida do setor público de oito anos, de onde concluo que há a expectativa de que esta política se estenda até lá. E fico feliz, porque isso significa que teremos estabilidade.

Há uma grande vantagem neste Governo, Deputado João Almeida: uma oposição responsável que não vai defender o que não é possível, como o PT fazia, nem atacar posições acertadas do Governo. Já temos opinião formada sobre o assunto e comemoramos o alinhamento do PT à visão administrativa do Governo Fernando Henrique, que defendi aqui como Líder durante aquele período.

Pergunto com clareza o seguinte: se neste ano conseguirmos aprovar a contribuição dos inativos, a reforma da Previdência — questões que o PT agora defende, mas que no passado combateu extremamente, tanto que suspendemos a votação do PLP nº 9, há dois anos e meio, no meio da votação, e até hoje não a concluímos —, bem como a autonomia do Banco Central, e quando o PT parar de divergir do Governo, que reflexo o senhor imagina que esse resultado causaria no final do ano? Se concluímos todas as tarefas, as quais todos querem votar e concluir neste ano, que índices de risco País e de câmbio o senhor imagina que teremos no fim do ano?

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, do PFL do Amazonas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente Henrique Meirelles, convidamos V.Sa. para estar hoje na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de prestar esclarecimentos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pretendo ater-me apenas às questões técnicas do Banco Central, instituição que V.Sa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aqui está representando e, portanto, responsável por ela, pelas informações da gestão anterior e pela política monetária deste ano.

Primeira pergunta: V.Sa. é realmente favorável à autonomia do Banco Central, conforme explicita na Carta de Intenções ao FMI? V.Sa indica naquele documento que a aprovação da PEC, art. 192, é o passo inicial para a desejada — este é o termo — autonomia do Banco Central? Quero saber se V.Sa. é favorável a isso, e, como já perguntado aqui pelo Deputado Ricardo Barros, se a proposta de autonomia do Banco Central acontecerá efetivamente este ano ou será prorrogada para os anos seguintes?

Segunda, ainda com base nessa indagação e nas estatísticas de finanças públicas divulgadas pelo próprio Banco Central, que contribuiu com resultados positivos, ao analisarmos os balanços do Banco, verificamos resultado negativo da ordem de 17 bilhões no ano, o que obrigou o Tesouro Nacional a repassar esse montante como compensação. Gostaria que V.Sa. explicitasse o assunto, informando a esta Comissão se já há prejuízo com as operações de *swap* no primeiro bimestre de 2003. V.Sa. acha que esse procedimento seria normal com o Banco Central independente? V.Sa. realmente concorda com o Banco Central independente, mesmo gerando prejuízos operacionais, como gerou ano passado?

A terceira refere-se à meta de superávit primário apresentado aqui. Com os dados levantados no Banco Central, o Ministro da Fazenda nos trouxe explicações para o aumento do superávit primário, de 4,25% do PIB, por dez anos, aproximadamente, com uma taxa real de juros de 8% e crescimento real de 3,5%. O Banco Central tem proposta alternativa, mas o documento não explicita hipóteses. Qual o juro real de 2003, já que tivemos, nos dois primeiros meses, juros reais negativos? Quais as determinantes, inclusive o câmbio real daí em diante? Quais os critérios *ex-ante* e *ex-post* para calcular a taxa real de juros?

Queria abordar outras questões, mas, se me for dado oportunidade depois para réplica, ficarei satisfeito com essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, do PT de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Prezados Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Srs. Deputados, prezados Presidentes das Comissões. Em primeiro lugar parabeno o Dr. Henrique Meirelles pela clareza e a forma didática com que apresentou, nesta audiência conjunta das Comissões, as informações sobre o Banco Central. Certamente não estaríamos aqui somente em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas tem sido norma nesta Casa o comparecimento, a diversas Comissões, de Ministros e de representantes do Governo, quando convidados.

Quero relembrar que algumas das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal poderiam ser também atendidas, se nos ativéssemos particularmente a algumas determinações da própria Constituição de 1988, no tocante à publicação dos balanços, à informação adequada, periodicamente, nas casas legislativas, tanto no plano federal quanto no âmbito dos Estados e Municípios.

Especificamente, quero deter-me em um aspecto do PROER, já abordado inicialmente pelo Deputado Wasny de Roure. Não vou repeti-lo na pergunta, porque a resposta a S.Exa. contemplou-me em parte. Gostaria, porém, que o Presidente do Banco Central nos informasse sobre as providências que estão sendo encaminhadas pela autarquia no sentido de que o impacto dessas operações não remanesça a cada exercício na conta dos passivos e dos créditos em liquidação, na conta daquilo que tem de ser preservado na situação financeira da autarquia Banco Central. Que providências o Banco Central vem adotando para que se recupere as operações desenvolvidas pelo PROER, as quais se encontram hoje numa situação não recomendável?

Gostaria, da mesma forma, de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central sobre o seguinte: os gráficos apresentados foram muito claros. Creio que há consenso não apenas entre muitos dos aqui presentes, mas no pensamento econômico do nosso País, no pensamento acadêmico, na área financeira e no ajuste fiscal quanto às intervenções no câmbio e nos juros como instrumentos de política antiinflacionária.

É importante relembrarmos que, nos próprios gráficos apresentados pelo Presidente do Banco Central, há dois períodos em que não tivemos as ameaças que temos há alguns meses de recrudescimento do processo inflacionário.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Paradoxalmente, mesmo não tendo havido essa ameaça ao longo de mais da metade de uma década, amargamos a mais brutal explosão da dívida pública na história das contas públicas em nosso País.

Não lhe parece contraditório que, de um lado, a autarquia Banco Central exerça opções de política monetária aqui e acolá, admitindo aumento das taxas de juros como instrumento antiinflacionário e tenha, num passado recente, se envolvido, como parte da autoridade econômica do Governo Federal, na emissão de títulos públicos ou convivido como um dos atores desse cenário, que fez com que essa emissão de títulos públicos, e mais recentemente parte dela indexada à sustentação cambial, levasse o nosso País à mais brutal situação de dívida pública em relação as suas contas, a sua capacidade produtiva e ao PIB?

V.Sa. vê isso como medidas complementares ou, de fato, estamos numa situação de desmonte de um brutal campo minado que foi entregue, a partir de 1º de janeiro, à administração federal, marcadamente pela persistência de uma dívida pública monstruosa, que aniquila a capacidade produtiva, a capacidade de investimento, a formação de poupança do Tesouro Nacional e parte da dívida imobiliária lastreada no câmbio? Isso também não é um brutal esforço a partir de agora para que esse campo minado possa ser desmontado?

Pelos números contidos nos gráficos que V.Sa. apresentou, seria um retorno à situação de 30% a relação dívida pública/PIB do País? Como não há situação de volta ao passado para que atinjamos esses patamares, de que forma V.Sa. entende que o Banco Central e as demais autoridades econômicas deverão continuar intervindo, até porque seria cômico, se não fosse trágico, atribuir a um tal propalado “Risco Lula” ou “Efeito Lula” situações de política macroeconômica que perduraram por quase uma década? Acho que é uma ironia sem a mínima necessidade de ser discutida nesta Comissão.

Quero ouvir de V.Sa. se é contraditória a política de intervenção no campo dos juros e do câmbio, paralelamente a uma política de aumento da dívida pública, a partir da emissão de títulos e diante das necessidades dos desequilíbrios das nossas transações correntes, com parte dos títulos lastreados com amparo cambial?

Entendemos, até a própria Constituição nos diz, que o fim último de todas as políticas macroeconômicas de médio e longo prazos ou das medidas emergenciais é nos permitir um ambiente de estabilidade e não apenas a estabilidade em relação aos índices inflacionários. Tivemos estabilidade em relação aos índices inflacionários por quase uma década, mas desestabilizamos completamente a relação dívida pública/Tesouro Nacional e dívida pública/PIB.

É compatível com esse entendimento que expresse a V.Sa. a preocupação de que a estabilidade possa gerar, como fim último, os objetivos fundamentais, alguns dos quais foram colocados na primeira lâmina, como fatores para o crescimento, desenvolvimento, educação, poupança, investimento etc. Isso não é de fato o fim último de todas as políticas?

Ao manter a política de juros como elemento de combate ao recrudescimento inflacionário — e nenhum de nós deseja a volta da inflação —, o que complementaria essa política no tocante a esses instrumentos de manuseio da dívida imobiliária e da dívida pública para que saíamos definitivamente desse campo minado e retornemos aos objetivos centrais?

Concluindo: desconcentração de renda, democratização do crédito, retomada do processo produtivo na economia brasileira e da capacidade da economia de gerar novos empregos como fins últimos de todas essas medidas, tanto nos juros como no câmbio, mas sobretudo o desmonte desse campo minado da dívida pública e imobiliária lastreada em moeda estrangeira.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, gostaria de questionar V.Exa. se o tempo é livre para as indagações, porque há outros Deputados inscritos. A divagação dos oradores está muito grande. Não estou querendo cassar a palavra de ninguém, mas deveríamos ter uma limitação de tempo estabelecida por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Peço aos Parlamentares que se detenham aos três minutos regimentais. O Parlamentar que mais demorou gastou em torno de cinco a seis minutos.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para o próximo bloco, estão inscritos os Deputados Anivaldo Vale, Luiz Carlos Hauly e Pedro Novais.

Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, em resposta ao Deputado Ricardo Barros, quanto às causas da subida do Risco Brasil, no ano passado, e da desvalorização cambial, em consequência da subida substancial da dívida em relação ao produto, diria que foi uma conjugação de fatores, conforme mencionei ao Sr. Deputado.

Não há dúvida de que a incerteza no que tange ao que seria uma política futura de um novo governo a ser eleito desempenhou papel importante nesse fator. Vimos essa situação exatamente com o efeito extremamente positivo que ocorreram em todos os segmentos da economia, quando o Presidente Lula anunciou não só suas primeiras medidas, mas começou a implementá-las.

Então, não há dúvida, e existem declarações de presidentes de organismos internacionais atestando esse fato, de que, na verdade, não só foi muito melhor do que se temia, mas muito melhor do que se esperava, quer dizer, não é apenas uma questão de que se temia o pior e se faziam votos do melhor, não. Não só foi melhor do que o que se temia, mas melhor do que a melhor expectativa.

Em resumo, o Presidente do Banco Mundial chegou a declarar, no último sábado, que há grande esperança hoje de uma política econômica com preocupação social nos mercados emergentes do mundo todo. Então, não há dúvida de que foi um fator positivo esse aspecto e que a preocupação anterior era negativa.

Além disso, é importante dizer que existiram, conforme mostrei com muita clareza, principalmente no período de 1994 e 1998, alguns fatores que levaram a um aumento da relação da dívida com o PIB e levaram a uma outra, digamos assim, trajetória não-positiva, talvez negativa, de alguns índices que foram revertidos nos períodos 1998, 1999 e 2002, mas havia preocupações estruturais com a economia brasileira.

Mencionarei apenas um: o superávit primário é algo definitivamente positivo e importante na visão de todos, mas certamente o déficit futuro da Previdência Social é algo preocupante. Essa é uma vulnerabilidade da economia; a mesma coisa acontece com os impostos anuais. Não há dúvida de que uma proposta do Governo sobre a questão da Previdência Social diz respeito a problema fundamental da economia brasileira no futuro. Portanto, foi uma medida extremamente positiva, do ponto de vista da avaliação técnica, por parte do presente Governo.

Quanto à autonomia ainda neste ano, diria que essa decisão não compete, evidentemente, ao Presidente do Banco Central, mas ao Governo, às lideranças políticas do Governo e às lideranças dos demais partidos e, em última análise, ao Congresso Nacional.

A única coisa que foi publicada na imprensa a esse respeito foi simplesmente o fato de que, estando numa reunião com investidores internacionais em Milão, na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, fui perguntado sobre qual seria a avaliação que eu faria das probabilidades de ser aprovada a autonomia do Banco Central.

Eu disse que, evidentemente, esse é um processo legislativo. Tem de se aprovar o art. 192; em seguida, ser apresentado um projeto e discutido com a sociedade; depois tem de ser aprovado pelas duas Casas. Simplesmente dei uma noção do processo brasileiro e de que, a partir daí, sim, seria, se aprovado, promulgado pelo Presidente da República. Portanto, não é um processo, mesmo que corresse muito bem, a ser decidido em questão de semanas. É algo que o mercado poderia esperar e, se isso ocorresse, poderia seguir todo esse processo, mas em momento algum falei, ou opinei, sobre a data para ser apresentado o projeto de autonomia do Banco Central.

Em relação à questão dos *spreads* bancários e das chamadas microrreformas que o Banco Central considera importantes, diria que uma de vital importância seria a reformulação da Lei de Concordata e Falência, porque esta é uma das causas importantes do alto *spread* bancário no Brasil.

A dificuldade de recuperação de ativos dados em garantia encarece muito o *spread* bancário. Existem alguns exemplos importantes no arredamento mercantil que dão uma boa possibilidade de retomada, como no caso dos automóveis. Isso faz com que os *spreads* nesse tipo de operação sejam muito mais baixos. Outro problema, que também não compete ao



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Banco Central, é a chamada cunha fiscal, o tipo de impostos que incide sobre o *spread* bancário.

Existe algo que está no âmbito do Banco Central e sobre o qual estamos trabalhando: a questão da transparência. Vamos fazer com que haja a maior transparência possível nas taxas cobradas pelos bancos, porque, assim, a competição também ajudará na diminuição do *spread* bancário.

Em resumo, existe toda uma série de reformas que precisam ser feita. A maior delas não compete ao Banco Central, mas ao Congresso Nacional e ao Governo Federal. Tenho absoluta certeza de que há muita gente, além de departamentos do Banco Central, trabalhando para apresentar sugestões.

Em relação à pergunta sobre qual seria o efeito da cobrança de contribuição de inativos, da reforma da Previdência e da própria autonomia do Banco Central sobre os indicadores econômicos, avalio que seria extremamente positivo, por tudo aquilo que tenho conversado com analistas no Brasil e no exterior e com pessoas que avaliam o tempo todo o risco do Brasil. Não se chega a discutir especificamente a contribuição de inativos, esta é uma questão da área da abrangência de V.Exas. Mas o mercado olha de forma positiva o esforço do Brasil de equacionar o déficit futuro da Previdência.

A autonomia do Banco Central, pelas razões que já mencionei, também é vista de forma muito positiva, tendo em vista a experiência dos demais países.

Em resumo, existe otimismo quanto ao fato de o Brasil olhar de frente seus problemas estruturais. Quando descrevi tudo isso que está sendo discutido no Brasil a um analista financeiro, especialista em países asiáticos, ele me perguntou por que eu não ia ao país asiático "x", cujo nome por cortesia não mencionarei, que não está discutindo seus problemas da maneira como fazemos. Ele disse que talvez pudéssemos explicar a alguns desses asiáticos como o Brasil está se movendo tão rápido nessa área.

Quanto às perguntas do Deputado Pauderney Avelino em relação a sermos favoráveis à autonomia e se ela virá este ano, acredito que esse assunto está relacionado à pergunta anterior. Reafirmo que não nos compete, como Banco Central, nos declararmos de um lado ou de outro.

No que diz respeito à carta enviada ao Fundo Monetário, simplesmente expressamos algo que é a experiência de todos os países que tiveram a autonomia do Banco Central decretada, isto é, que o Banco Central adquire maior credibilidade e, em razão disso, a taxa média de juros cai, a taxa média de inflação cai e o crescimento aumenta. Esta é meramente uma avaliação da realidade.

Teria muita satisfação em dar minha opinião com veemência caso tivesse assumido o mandato de Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Na carta de intenções enviada ao FMI, assinada por V.Sa. e pelo Ministro da Fazenda, no item 9º há uma referência a essa questão da desejada autonomia do Banco Central. A meu ver, ali está exposta a opinião não só de V.Sa., como Presidente do Banco Central, mas também do Governo do PT, com o Ministro da Fazenda assinando a carta conjuntamente com V.Sa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está correto. Como já mencionei, segundo experiência de outros países, há a expectativa positiva de que a autonomia do Banco Central possa trazer maior estabilidade, principalmente à política monetária. Portanto, a expectativa é positiva — fiz referência a ela. Obviamente, a prerrogativa de aprovar leis é do Congresso Nacional. Estou meramente expondo uma posição de respeito ao Poder Legislativo, porque não me compete dizer o que é melhor ou pior. Mas, na minha avaliação, os países que aprovaram a autonomia do Banco Central tiveram efeito positivo. Portanto, reafirmo o que dissemos na carta — a expectativa é positiva. Os investidores vêem isso como algo desejável e positivo.

Com relação aos dados referentes às operações do Banco Central no primeiro bimestre deste ano, considerando-se que no ano passado tivemos um prejuízo de um pouco mais de 17 bilhões de reais, o resultado, até março deste ano, foi positivo — lucro de 8 bilhões e 189 milhões de reais.

Quanto às operações de *swap*, especificamente, houve uma perda de 887 milhões de reais, que já está incluída nesse lucro de 8 bilhões e 189 milhões de reais.

V.Exa. fez ainda outra pergunta, se seria razoável o Banco Central ter autonomia, mesmo podendo dar prejuízo ao Poder Público e ao Governo Federal. Diria o seguinte. Nos



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

critérios de autonomia fica definido muito claramente o que o Banco Central pode ou não pode fazer. O Conselho Monetário Nacional terá o poder de fixar as metas de inflação.

Como mencionei, as operações de *swap* conduzidas pelo Banco Central foram uma das razões do prejuízo. E quais foram os dois grandes itens de despesa do Banco Central no ano passado? As operações de *swap* e a marcação a mercado dos títulos do Governo Federal. O procedimento contábil foi de quase 6 bilhões de reais e é algo a ser aprovado e pode ser endereçado no projeto de autonomia. Pode-se determinar, por exemplo, que o Banco Central não marcará mercado dos títulos do Governo Federal.

Em resumo, o Congresso Nacional tem a prerrogativa de decidir, de regular. Ele pode também dizer que não; que esse é o procedimento contábil correto; que não depende do Banco Central e que, portanto, o Banco Central tem de marcar a mercado. Não estou dando uma opinião a esse respeito. O que estou dizendo é que isso pode ser decidido pelo Congresso Nacional; o Banco Central não tomará nenhuma decisão arbitrária.

Nas operações de *swap* isso é feito também em completa concordância com o Governo Federal, na medida em que o *swap*, como mencionei, substituiu operações vencendo de dívida cambial a vencer. Portanto, o Conselho Monetário Nacional pode ter autoridade para definir.

Quero esclarecer que autonomia não é independência. Há bancos centrais que são de fato independentes. Mas estamos falando aqui de autonomia operacional que visa apenas à implementação das determinações da política econômica do Conselho Monetário Nacional.

Os pressupostos assumidos para a projeção de crescimento, para os anos a partir de 2004, são exatamente os que constaram do estudo do Ministro da Fazenda. As únicas mudanças que ocorreram, no nosso caso, em primeiro lugar, foi uma reavaliação do PIB do ano de 2002, uma vez que já estávamos trabalhando, inclusive o Ministério da Fazenda, com estimativas que, na realidade, eram também do Banco Central. E quando o IBGE fez o cálculo final do PIB do ano de 2002, a relação dívida/produto foi um pouco alterada, mudando, portanto, o ponto de início da trajetória. Esse foi um item de mudança.

Outro item de mudança foi a taxa de crescimento prevista para o ano de 2003. Naquele estudo a taxa era de 2,8% e na nossa projeção, 2,2%. São projeções recentes do Banco Central e também do Ministério da Fazenda. Os demais itens — taxa de juro real, variação cambial, inflação do IGP etc. — são os mesmos do Ministério da Fazenda.

No que se refere à questão dos critérios calculados para a avaliação da taxa de juros *ex-ante* e *ex-post* e da taxa de câmbio em relação ao cálculo de câmbio real para o futuro das nossas projeções e confecção daquela tabela, colocamos o seguinte:

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, desculpe, não é câmbio real. É juro real.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Tudo bem. Vamos falar dos dois — câmbio real e juro real. Os dois têm basicamente o mesmo tipo de critério.

O câmbio foi previsto levando-se em consideração que não teremos mais crises internas, como tivemos no passado. Quer dizer, prever uma estabilidade maior que o mercado já indica ser o caso. Haverá variações normais, mas não se prevê a crise aguda, principalmente em razão da trajetória positiva das contas públicas e de todos os demais itens da política monetária.

Em resumo, prevê-se que o câmbio real vai de fato ser apreciado de forma paulatina, mas certamente não será da forma como se apresentou no ano passado.

Em relação aos juros, que é a parte mais crucial da sua pergunta, colocamos para os anos futuros, visto que é uma estimativa, o *ex-ante* e o *ex-post* com o mesmo número, porque não há razão para o *ex-ante* ser diferente do *ex-post*.

Digamos que alguém esteja prevendo que a taxa de inflação para o ano de 2003 será de 12% e que alguém estime que a taxa de juros vai se manter, por exemplo, em 26,5%. E calcula, portanto, juro real *ex-ante*. Se, no final do ano, quando ele calcula *ex-post*, isto é, quando se verifica que o juro real foi, por exemplo, diferente porque a inflação foi menor ou porque a taxa de juros não se manteve no patamar nominal que o analista esperava, aí *ex-post*, conclui-se qual foi a taxa real que prevaleceu naquele período.

O que calculamos de forma *ex-ante*, porque estamos olhando para frente, é partir do pressuposto de que as taxas *ex-post* vão estar dentro dos critérios definidos *ex-ante*. Ou seja, que teremos juro real estável dentro dos critérios que já foram expostos pelo Ministro da Fazenda. Resumindo, não há essa divergência.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com relação à pergunta do Deputado Paulo Rubem Santiago sobre o impacto das operações do PROER. Como recuperar o PROER? Ressalto que o PROER já recebeu cerca de 11 bilhões de reais. É importante notar que temos um valor substancial a receber. Podemos fazer duas coisas. Em primeiro lugar, trabalhar firme na fiscalização do sistema financeiro, como estamos fazendo, visando ter normas cada vez mais saudáveis para que não haja novas necessidades de usar recursos públicos para proteger o depositante. É esta a grande meta que todo banco central deve perseguir, em primeiro lugar.

Em segundo, devemos dizer que em relação ao PROER já desembolsado, o que estamos fazendo é um processo de avaliação rigorosa de tudo aquilo que existe, principalmente nas instituições maiores que foram objeto de intervenção do Banco Central. Estamos procurando fazer com que esses processos caminhem, para que possamos sair do processo de liquidação: apurar o que for possível, defender o interesse público na medida das possibilidades, e, portanto, dentro do possível, extinguir essas operações e fazer com que o Tesouro possa receber tudo aquilo que tenha condições de ser recebido, dentro da massa disponível, e aquilo que não tiver condições, de fato, seja levado a prejuízo.

Evidentemente, gostaria que V.Exa. levasse em consideração que se trata de situação complexa. Inclusive existem problemas judiciais complicados, são massas de números e recursos consideráveis.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – A complexidade fica na hora de recuperar o que foi dado, mas na hora de liberar não tem complexidade, é num passe de mágica.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não vou entrar nessa consideração, mas diria que de fato estamos trabalhando e teremos satisfação de manter contato constante com V.Exa., no sentido de assegurar-lhe que estamos fazendo o maior esforço possível, e V.Exa. terá demonstrações claras disso, para recuperar o patrimônio da União o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – O aprovisionamento feito é relativo às instituições cuja liquidação já foi concluída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Deputado João Almeida, o orador está com a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A outra pergunta é no tocante a intervenções no câmbio e nos juros. A pergunta, se entendi bem, foi em relação ao aumento da dívida, quer dizer, com inflação baixa como é que a dívida subiu tanto, não é verdade?

Vou apresentar uma avaliação técnica. Subiu por várias razões. Primeiro, porque o câmbio subiu, apreciou-se, e uma parte importante da dívida está indexada à variação cambial. A dívida externa, por definição, tem uma variação cambial, e uma parcela da dívida interna tem também variação cambial. Segundo, o Risco Brasil subiu muito, e isso tem impacto direto na dívida, na medida em que afeta diretamente toda parcela reajustável da dívida externa; o juro interno subindo afeta a parcela indexada aos juros da dívida interna.

Em resumo, foram os fatores gerais de falta de confiança na economia brasileira que fizeram com que a moeda se depreciasse e a taxa de juros aumentasse, que é, portanto, a taxa da rolagem da dívida.

Evidentemente, temos também os fatores, principalmente do período 1994/1998, onde, apesar de não ter inflação baixa, tivemos, de um lado, um juro real elevado, como mostrei, para se manter o regime cambial, e de outro, um fator muito importante que foi não termos superávit primário naqueles quatro anos, quer dizer, apenas a partir de 1999 começou-se a criar superávit primário.

Como vamos fazer para atingir os 37% da relação da dívida/produto? Em primeiro lugar, uma política consistente de superávits primário sustentáveis e, a partir daí, uma reforma da previdência. Uma reforma tributária é fundamental porque indica a todos os investidores que não só a dívida brasileira hoje é solvente, mas o será no futuro, e que um superávit primário é sustentável, e, portanto, o equilíbrio das contas públicas é sustentável no futuro.

Além disso, uma inflação baixa, as microrreformas como mencionei, aumentando o nível de competitividade da economia brasileira, tudo isso então, segundo nossas expectativas, fará com que o Risco Brasil seja mais baixo, o câmbio mais estável e, portanto, todas as condições de crescimento, e vai ser mais barato, digamos, menos dispendioso financiar o crescimento do Brasil, com Risco Brasil mais baixo. E com uma gestão de grande eficiência e



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

boa aplicação dos recursos públicos esperamos que o crescimento tenha um componente de eficiência pública também importante.

Gostaria de me referir a mais duas indagações. A pergunta é complexa, mas vou tentar simplificar: o Banco Central está, de um lado, intervindo no mercado de câmbio e de juros; de outro, tem uma parcela da dívida pública indexada ao dólar. Como analisar essa questão, com os títulos lastreados no câmbio?

Eu diria que este é um desafio. Tudo o que posso dizer é que a situação do ano passado de fato foi muito grave. Não há dúvida de que o Brasil teve uma crise muito séria. Não há dúvida de que os custos são elevados, o que levou a uma série de custos, um deles foram as intervenções feitas pelo Banco Central. Posso dar uma boa notícia. Este ano as intervenções líquidas do Banco Central estão em valores muito pequenos, nada comparáveis com as do ano passado. Em resumo, são valores quase irrelevantes em termos comparativos. Hoje, a situação é de muito maior estabilidade, nesse aspecto.

Quanto à pergunta sobre quais, digamos, são os complementos necessários de política econômica para que o País possa crescer, gerar mais empregos, distribuir renda, como é a proposta do Governo, diria que, primeiro, as condições são: inflação baixa, austeridade fiscal e eficiência na gestão pública. Em função disso, esperamos que o Risco Brasil caia e a partir daí o custo de financiamento da dívida também caia, e o País possa voltar a crescer com maior vigor, com maior sustentabilidade. Uma boa gestão do setor público, principalmente focado no social, vai gerar melhor distribuição de renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Peço ao nosso convidado que seja mais objetivo nas respostas, para que possamos caminhar mais rápido com a audiência pública.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, caros colegas, a PEC nº 192 já foi objeto de várias discussões nesta Casa. Penso que agora, ao se buscar o seu fracionamento para ser discutido em lei ordinária, certamente ela terá condições de andar melhor na Casa.

Apesar de em duas ocasiões o Presidente do Banco Central ter resistido em se manifestar contra a questão da autonomia do Banco Central, queria fazer-lhe duas ponderações. V.Sa. foi eleito Deputado Federal. Em sua plataforma de campanha, segundo amigos próximos a V.Sa., dizia que, na qualidade de Deputado Federal, queria servir ao País, e a outra forma de servir ao País seria como Presidente do Banco Central. Senti muita firmeza nessa afirmativa de V.Sa., que é uma pessoa da área. Certamente, sua opinião, para nós, é muito importante. Tenho algumas dúvidas, não sobre a independência e autonomia do Banco Central, mesmo porque sou radicalmente contra a independência do Banco Central. Mas com relação à autonomia, sou favorável. Só tenho uma preocupação. As condições operacionais das políticas de governo serão tratadas pelo Conselho Monetário Nacional. E o Conselho Monetário Nacional que, em outros tempos, já foi um fórum altamente democrático, hoje ficou, em função da política do Plano Real e tal, circunscrito a três representantes. Se não me falha a memória são os Ministros da Fazenda, do Planejamento e o próprio Presidente do Banco Central.

Gostaria de voltar a insistir com o Presidente do Banco Central que essa autonomia pode oferecer condição de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Lembro ao orador que S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, sei que são três minutos, mas ainda não completei nem um. Sei que em outros tempos se desejava buscar no Banco Central uma medida pró-ativa e, muitas vezes, seu comportamento foi reativo e até contemplativo. Pergunto: no caso de autonomia do Banco Central, de que forma seria a escolha dos dirigentes, do presidente, do vice-presidente e dos diretores e também a exoneração dos mesmos? Qual seria o mandato? Que tipo de vinculação haveria com o Congresso Nacional? Se não houver vinculação, a prestação de contas do Banco Central seria feita diretamente ao Congresso Nacional ou a prestação de contas seria do próprio Governo? O Banco Central, ao longo do tempo, foi administrando bancos, seguros, operações de repasse, consórcios, mas nas operações de repasse, deixou de fora as *factories*, que estão operando e não são alcançadas pelo Banco Central. Assim, ao Governo Federal caberia a fiscalização dos bancos privados. Por último, o *spread* de 31% dos bancos também contribui significativamente com o custo operacional, a inflação e os próprios juros.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Continuando com a lista de inscritos para o debate, convido o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. dispõe de três minutos.

Peço a todos que colaborem com o tempo, porque ainda há muitos que desejam fazer perguntas.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Vamos colaborar. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, para mim, hoje é um dia de muita felicidade. É a primeira vez que V.Sa. vem à Câmara dos Deputados e, com essa magnífica aula e a exposição do balanço do semestre passado do Banco Central, fala exatamente o que tenho dito nesses doze anos e três meses que estou nesta Casa. É o momento da responsabilidade política do País.

Durante muitos anos discutiu-se se haveria outro caminho a seguir na política econômica. Com sua ascensão e assunção no Banco Central, V.Sa. dá magnífico prosseguimento ao trabalho de outro também grande brasileiro, Armínio Fraga, assim como o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, segue a política de Pedro Malan. Mas o que temos de discutir aqui reside em outro campo, não no da economia. Não podemos brincar com a economia porque o Risco Brasil aumenta. O gráfico que V.Sa. traz hoje é esclarecedor. À medida que havia o medo do mercado, aumentava o Risco Brasil, o custo, o dólar, os juros, e o País vem pagando caro por isso há anos.

Quando olho o gráfico da dívida líquida do setor público, de 1991 a 2003, lembro-me do gráfico consolidado há vinte anos, quando a dívida pública brasileira já era de 56%, 57% do PIB. Depois, na década em que começaram os planos econômicos de controle de preço etc., houve quebra de contrato, exatamente conforme exposto por V.Sa. Por que os juros reais são mais altos no Brasil? Rompimento de contrato no passado, moratória, confisco de dinheiro da população, políticas econômicas erradas? O histórico do superávit primário no setor público é recente. Assim, elaboramos a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que houvesse responsabilidade permanente, perene, no País.

Lutamos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Antecipei-me a ela, criando uma página na Internet, para que todos os órgãos públicos fossem obrigados a declarar o que arrecadam, o que gastam, os contratos etc. Já imaginava algo nesse sentido há alguns anos. Esta a trajetória da dívida, que espero seja descendente de acordo com o gráfico de 2003 de V.Sa., chegando a 37% e reduzindo, gradativamente, com o superávit fiscal, com o fim da era dos esqueletos.

Alguns colegas se lembraram do PROER, dos bancos estaduais, do rombo que ocorreu no País. Lembro-me do quanto custou para o Tesouro o saneamento dessas duas importantes e estratégicas instituições financeiras do País, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que aplicaram as políticas de Governo durante décadas. Lembro-me do rombo do FCVS, do FGTS. Realmente temos de ter uma perspectiva daquilo que V.Sa. levantou, dentre os muitos modelos, o controle macroeconômico da inflação.

Vou resumir minha participação. Hoje fico numa posição muito tranqüila. Quer dizer, do ponto de vista da economia brasileira e do que defendi, está coerente. V.Sa. é a confirmação real disso. A diminuição do Risco Brasil é sua confirmação e garantia. Na medida em que o Governo souber o que deseja, teremos as reformas, a Lei de Falências, a reforma tributária, a reforma previdenciária e a reforma trabalhista. Mas é preciso assumir, conforme o ex-Deputado e hoje Senador Aloízio Mercadante, ontem, em rede nacional, afirmou categoricamente, posição para com a PEC nº 192 e para com a taxa de juros. Queremos clareza e não mais falsidade intelectual, para aprovarmos matérias que dependerão muito dos nossos votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – O tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Estou usando o mesmo tempo que o Deputado da Situação. Vou encerrar, por educação, falando sobre o determinante do crescimento. O Brasil tem 15% da sua população em idade universitária. Quando tivermos a metade da população brasileira nessa situação, estaremos chegando perto dos países de Primeiro Mundo. Então, temos de investir muito em educação. O atual Governo tem de fazer as reformas e investir na educação, porque o superávit primário já está garantido em 4,5%, conseguido a duras penas pelo País.

Parabenizo V.Sa. e o novo Governo que, até agora, tem conduzido de maneira sábia e prudente a economia. Aliás, nossa economia não resiste a nenhuma irresponsabilidade; senão, põe-se tudo a perder, e quem perde somos todos nós, brasileiros. Desejo sorte e sucesso.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Evidentemente como opositor, vamos fiscalizar aquilo que nos couber, mas com oposição responsável, nunca mais com uma oposição irresponsável no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – V.Exa. respeitou demais o tempo, não passou além do que podia.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, infelizmente, não há ninguém do Governo anterior aqui. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido saco de pancadas há muito tempo. Só não é verdade o que disse o Deputado João Almeida. S.Exa. disse que o Presidente do Banco Central aqui se encontra pelo fato de esse dispositivo já constar da proposta do Governo. Isso não é verdade. Esse dispositivo, assim como vários outros que tratam do Banco Central, foram introduzidos por mim, na qualidade de Relator. Fiz isso porque, na proposta do Governo, eram apenas mantidos e até aumentados os privilégios do Banco Central. E devíamos ter pelo menos uma visão maior daquilo que julgávamos ser uma caixa preta. Na verdade, não entendíamos, por exemplo, como o Banco Central podia emitir títulos concomitantemente. Então, incluímos o dispositivo dizendo que, a partir de dois anos da promulgação daquela emenda, o Banco Central não podia emitir títulos da dívida pública.

Na essência, em nada irá alterar, mas é uma questão de transparência. Para os leigos e os menos avisados, fica claro que toda dívida pública é do Governo e não de parte dele ou do Banco Central. Muitas vezes, não se sabe o tamanho da sua autonomia e da sua independência.

Outro dispositivo incluído e relacionado com o Banco Central foi esse que trouxe o Dr. Meirelles a esta Comissão. O Dr. Armínio Fraga, tantas outras vezes, já nos apresentou esse mesmo dispositivo. De seis em seis meses, o Presidente do Banco Central vem para explicar o § 5º do art. 9º.

Existe um terceiro dispositivo — gostaria que o Dr. Meirelles nos esclarecesse —, objeto de larga discussão e oposição na Comissão Especial. O que se pode fazer para evitar que o Banco Central tenha prejuízo? Por que o Tesouro é quem arca com esse prejuízo ou lucro? Não encontrei outra fórmula, Dr. Meirelles, a não ser aquilo que se encontra na Lei de Responsabilidade Fiscal: prever que, no caso de lucro, este ficasse à disposição do Governo e fosse passado para o Governo no Orçamento; e fazer com que o Orçamento do ano próximo contivesse recursos para ressarcir o Banco Central daquele prejuízo. Não encontrei outro caminho. Gostaria que V.Sa. nos dissesse se há outra fórmula. Conforme já disse, esse foi objeto de enorme discussão na Comissão.

Outro ponto que gostaria que V.Sa. esclarecesse é sobre o que diz o resultado do Banco Central do ano passado: precatórios 042, 420 milhões. Talvez sejam precatórios para pagamento de funcionários, por conta de decisões judiciais. Apenas os itens despesas administrativas e outras despesas compreendem 1 bilhão e 540 milhões. Acho esse valor muito elevado. Gostaria de ter uma idéia sobre como esses acréscimos foram feitos na despesa do Banco Central, aumentando, portanto, seu prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar. S.Exa. dispõe de três minutos.

Vou pedir ao Presidente do Banco Central, caso S.Sa. aceite, que estenda essa série para seis Deputados, para que consigamos vencer mais rápido a lista.

(Não identificado) – Quem são os próximos inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – O Senador Roberto Saturnino, o Deputado José Thomaz Nonô. Se o Senador Saturnino não estiver presente, V.Exa. será o próximo.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo pela excelente exposição. Sem sombra de dúvida, foi absolutamente clara e muito didática, já que estamos numa Comissão de Parlamentares que não são especialistas no assunto. Sempre é interessante perceber os nexos existentes, o encadeamento das diversas ações do Banco Central, suas relações com as demais ações no plano macroeconômico, para que possamos distinguir como as ações do Banco interferem no processo econômico do País e como se pode



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

criar um ambiente favorável ao crescimento econômico sustentável, o que todos desejamos para o País.

Farei três tipos de indagações, todas com certo caráter conceitual para entender algumas coisas, sendo que vou deixar de lado uma que já foi abordada por V.Sa. e que trata da questão do *spread* bancário, ou seja, como reduzir os juros para os tomadores finais, que é um dos objetivos fundamentais para que possamos criar um ambiente favorável aos investimentos e ao crescimento da atividade econômica.

Gostaria de ouvir de V.Sa. algumas considerações sobre a relação entre taxas de juros e inflação. O Dr. Meirelles fez uma abordagem sobre as diversas estratégias de combate à inflação e delineou com clareza que o Governo Federal e o Banco Central estabeleceram como estratégia fundamental a política de juros, uma estratégia essencial para combater a inflação. Há alguns críticos dessa estratégia, dentre eles muitos empresários do setor produtivo. Ainda hoje li nos jornais notícias do choro de diversos empresários que, de um lado, elogiam a essência da política macroeconômica do atual Governo e, de outro, vêem a elevada taxa de juros básica da economia e os juros praticados, evidentemente, como algo exagerado. A alegação desses críticos é que, ao se observar a inflação brasileira, percebe-se com facilidade que não se trata de uma inflação de demanda, porque o poder aquisitivo da população brasileira está extremamente deprimido, fruto do baixo crescimento econômico verificado nos últimos anos nos demais aspectos. Pergunto: quais são os aspectos conceituais que sustentam a posição de que é preciso conviver, ainda durante um longo período, com taxas de juros relativamente altas — refiro-me a taxas de juros reais, descontada a inflação —, para que possamos derrotar o dragão da inflação?

Gostaria que V.Exa. tecesse comentários sobre a intervenção do Governo, por meio de títulos do Tesouro ou das operações de swap praticadas pelo Banco Central, para fazer políticas fiscal e cambial no País. Em que medida se pode dizer que esse volume de intervenção, expresso nas informações de V.Sa. acerca do volume de títulos e de operações de swap no País, foi absolutamente imprescindível para que pudéssemos transitar por esse período de enorme volatilidade cambial? Isso, evidentemente, nos trouxe seqüelas consideráveis no sentido do agravamento da relação entre dívida e PIB e as demais influências funestas para o conjunto da economia brasileira. Pergunto: V.Sa. tem absoluta convicção de que essa estratégia de enfrentamento do problema cambial foi absolutamente correta, ou seja, foi a que gerou a melhor relação custo/benefício ao País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino Braga. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nonô.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Presidente, vou me abster dos elogios devidos ao Presidente do Banco Central até porque V.Exa. enxuga o tempo dos Parlamentares de forma, a meu ver, abusiva.

Cumprimento o Presidente do Banco Central. S.Sa. revela, além do conhecimento da matéria, um ato de fé. Um cidadão que renuncia ao seu mandato de Deputado Federal mais votado por um Estado para assumir esse emprego mal remunerado e politicamente difícil — Presidente do Banco Central do País — tem que ser duas coisas: primeiro, um patriota (quanto a isso não lanço a menor dúvida); segundo, um homem de fé. Essa mesma fé, sem dúvida alguma, já que estamos discutindo religião, leva a essas projeções da dívida líquida — Quadro 35, 2003 a 2011. Aliás, sou um admirador da excelência do quadro do Banco Central. Mas o BC não se notabilizou, nos últimos tempos, por projeções corretas num prazo de dez anos. Porém vamos dar o crédito da religião. Creio que o credo explicitado na tarde de hoje é extremamente parecido, no seu aspecto amplo, com aquilo que foi pregado pelo Ministro Pedro Malan durante longo tempo. É claro que há diferenças de aplicação prática, mas me refiro aos fundamentos.

Tenho em mão carta dirigida ao Sr. Horst Koeler, no dia 28 de fevereiro, e também o *Press Releases*, do Fundo Monetário, que comenta fala da Vice-Diretora-Gerente do FMI, Anne Krueger, em razão da recepção da carta e da passagem, no dia 14 de março último, pelo Brasil. Parece-me que, até então, a questão da autonomia do Banco Central — e esse é o fulcro da indagação — ficou enfocada pelo Presidente num ar, digamos assim, mais ou menos distante do processo. Não é bem assim. A carta do Banco Central diz textualmente, após elencar uma série de coisas que V.Sa. depois esclarecerá com mais detalhes, primeiro, o Governo vai



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

procurar garantir rápida aprovação, pelo Congresso Nacional, da PEC que facilita a regulamentação do setor financeiro, um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central. Como a carta é subscrita pelo Ministro Antonio Palocci e por V.Sa., entendo que isso é um claro desejo do Governo.

Sou preocupado com o que pensam os nossos mais altos executivos. Particularmente, acho que o Banco Central é um instrumento de política do Governo e que o Governo deve ter o controle do Banco do Brasil e do Banco Central para o bem ou para o mal. E V.Sa., Dr. Meirelles, dá voto ao Presidente Lula, tanto assim que sacrificou um mandato para se jogar nessa arrojada travessia na Presidência do Banco Central. V.Sa. não acha que a insistência na autonomia do Banco, a par de sua óbvia sinalização do mercado externo, de certa forma é uma falta de crença na capacidade do Governo Lula de se autogerir no plano financeiro? Esta é a primeira questão.

A segunda questão é do povo, não é minha. Gostaria, privando pela primeira vez da convivência de V.Sa., de ter uma resposta conclusiva. Diz-se à boca pequena que os lucros dos bancos no Brasil são obscenos. Vamos usar a palavra do teatrólogo Nelson Rodrigues: obsceno. V.Sa. não acha que essa política de perpetuação de elevados *spreads* e de taxas de juros reais vão manter esse patamar de lucro, digamos assim, numa posição exótica em relação ao lucro médio da banca internacional em outros países mesmo em desenvolvimento? Complementando e desdobrando a pergunta: seria válido um instrumento — reproduzo aqui o que ouvi duzentas vezes nas campanhas eleitorais — de taxaço inserido nos mecanismos de reforma tributária, que também é objeto da carta dirigida por V.Sa. ao FMI, referente aos lucros abusivos dos bancos brasileiros?

A terceira, é também popular, fugindo da questão macro e discutindo a micro. Os bancos brasileiros, quando tiveram dificuldades operacionais, anos atrás, elevaram de maneira também obscena o custo de seus serviços: emissão de extrato, talão de cheques, aquela busca pelo seu passado, abertura de cadastro etc., tudo isso faz parte do micro, mas que hoje chega a corresponder, em alguns bancos, a 17% do seu resultado líquido. Posteriormente a esse cenário, a banca privada também obteve lucros legítimos, mas bastante elevados, e não se tocou nessas taxas de cobranças de serviços que continuam onerando violentamente o cidadão brasileiro, quando se restaurou um cenário propício ao grande lucro. Não é chegada a hora, Sr. Presidente, de o Banco Central tomar uma medida em defesa do cidadão, diminuindo o custo dos serviços bancários?

Era o que tinha a dizer, com meus protestos de admiração pela clareza e pelo didatismo de V.Sa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer da nossa satisfação de ver um goiano à frente do Banco Central. Como não sou especialista na área, sou cirurgião-dentista, e como a maioria do povo brasileiro sofre as conseqüências dos problemas relacionados com o aumento dos juros, da inflação e do dólar, fico satisfeito de ver o trabalho desenvolvido nesta Comissão. No Governo passado havia uma pirotecnia total do PT em relação às pessoas que vinham a esta Comissão — soltavam foguetes, faziam todo tipo de palanque aqui. E para nossa felicidade, alguma coisa mudou: ou a nossa política estava certa ou os políticos do PT mudaram.

Agora o PT vem aqui e elogia os juros — se não elogia pelo menos fica calado. Tanto é que o tempo de presença das pessoas aqui é menor do que naquela época. Chegamos a ficar nesta Comissão com o Sr. Armínio Fraga das 14h até às 23h. Parece que V.Sa. já vai embora daqui a pouco, para nossa felicidade, para descansar e trabalhar bem por este Brasil.

Fico muito preocupado, repito, porque alguma coisa mudou: ou a sociedade mudou com relação aos juros e ao dólar, ou o PT mudou. Tem alguma coisa errada nessa história. Vamos analisar no futuro.

Gostaria de fazer-lhe uma pergunta. Há um ano, conversei com uma pessoa que na oportunidade era, e ainda é, um grande conhecedor do mercado internacional. Essa pessoa me dizia o seguinte: há a previsão — naquela época o dólar estava por volta de 2,70 reais — de que o mundo internacional econômico quer o dólar, no Brasil, por volta de 4 reais. O tempo passou



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e parece que estamos caminhando nessa direção. Com V.Sa. no Banco Central, o valor do dólar está se aproximando de 4 reais.

Pergunto: isso realmente tende a acontecer? O dólar tende a ficar estacionado no patamar de hoje, próximo dos 4 reais? E a pessoa que me disse isso, há um ano, tinha realmente consciência de que o mundo internacional econômico queria que o Brasil fizesse o sacrifício de colocar o dólar no devido lugar?

A outra pergunta diz respeito à guerra entre Bush e Saddam Hussein. Trata-se de uma guerra imbecil que, de certa forma, acaba horrorizando o mundo e nos colocando com a barba de molho, porque amanhã eles vão invadir o Brasil para dizer que estamos tomando a Amazônia do mundo.

Com relação a essa guerra, quanto tempo será necessário para começarmos a pagar os resultados reais? Estão sendo gastos 90 bilhões de dólares para se atacar o Iraque, com certeza serão repartidos entre os pobres países que estão em desenvolvimento do mundo, entre eles o Brasil, a Argentina e outros.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Gostaria de indagar a V.Sa. se ainda há muitos oradores. Quem sabe poderemos sugerir a ampliação do bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Já ampliamos para seis. O nosso Presidente aceitou responder ao bloco de seis. É só mais um bloco. Ainda há sete Deputados para serem respondidos.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Como tem outro bloco se formando e tenho requerimento que está na pauta da Comissão, acho que faz sentido abordarmos esse requerimento agora que o Presidente do Banco Central faz suas explanações. Estou vendo que as diversas perguntas feitas pelos Parlamentares se encaixam perfeitamente no requerimento. Seria o caso de esse requerimento não ser discutido a *posteriori* e eu ter a oportunidade de me manifestar junto com os demais Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Deputado Jorge Alberto, no início desta audiência o nobre Deputado José Carlos Aleluia, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, declarou prejudicado o seu requerimento.

Mas eu coloco V.Exa. inscrito como último debatedor, pode ser?

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra, para responder a essa série de perguntas dos Deputados, ao nobre Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, quero começar a responder às perguntas do Deputado Anivaldo Vale sobre o que vai definir o projeto. Quem vai escolhê-lo? De quanto tempo será o mandato do presidente e dos diretores do Banco Central? Qual será a relação do Banco Central com o Congresso?

Gostaria de enfatizar que não tenho condições de saber qual será a decisão do Congresso Nacional quando analisar e votar um eventual projeto. Então, infelizmente, essas perguntas, do meu ponto de vista, estão prejudicadas.

Posso mencionar o que prevalece em alguns países, os que fizeram uma escolha mais recente desse processo. Normalmente a escolha é feita por indicação do Presidente da República e aprovação do Congresso. Os mandatos tendem a coincidir com o mandato do Presidente ou terem uma defasagem de um ano. Normalmente as prestações de conta são feitas diretamente ao Congresso — de novo, experiências de outros países. Evidentemente que o Congresso Nacional vai definir exatamente se quer autonomia e, nesse caso, como será feita.

Quanto à questão do *factory*, as companhias de *factory* não são fiscalizadas pelo Banco Central por determinação legal. O Banco Central só fiscaliza as empresas e instituições mediante precíua definição legal.

Portanto, o *factory* não é fiscalizado pelo Banco Central, porque é considerado uma empresa comercial que não capta recursos diretamente do público, a não ser da maneira que eles fazem em empresas comerciais e que não têm direito de recurso contra o emissor do título, o que significa que ela compra títulos e assume risco próprio.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, não compete, hoje, ao Banco Central fiscalizá-las porque não há nenhuma determinação ou abrangência legal para isso.

Em relação ao *spread* de 31% mencionado. De fato, os *spreads* brasileiros são muito altos. Eu expressei, inclusive em outras respostas, quais são as medidas que julgaríamos necessárias para que, ao longo do tempo, em geral os *spreads* caíssem no Brasil.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a composição do Conselho Monetário Nacional. Referi-me aos Ministros da Fazenda, do Planejamento e ao Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – De novo, uma determinação legal. Tenho certeza de que será objeto de decisão do Congresso na aprovação da Lei de Responsabilidade Monetária.

Penso que não cabe ao Banco Central determinar a composição do Conselho Monetário Nacional. Esta é prerrogativa de uma proposta do Governo, ou não, ao Congresso, uma definição do Congresso.

Existem vantagens e desvantagens em qualquer opção. Na estrutura atual, existe a importante vantagem de se focar a decisão do Conselho numa decisão de política econômica do Governo, onde a política econômica é tratada de forma mais focalizada pelos Ministros diretamente envolvidos na área de planejamento e da administração da Fazenda, além do Presidente do Banco Central.

Existem outras alternativas que, de um lado, têm vantagens importantes, trazem mais opinião e outros pontos de vista; de outro, têm desvantagens de ordem operacional.

Volto a dizer que não compete ao Banco Central definir ou ficar opinando sobre a composição de órgão do Governo, no meu ponto de vista.

O Deputado Pedro Novais pergunta: como o Banco Central pode não ter prejuízo? O que se pode fazer para isso? Principalmente em relação à questão das operações *de swap* existem duas maneiras de não haver prejuízo.

Em primeiro lugar, em não existindo *swaps*, o fato de que não haja...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, só para esclarecer a pergunta, porque talvez não me tenha feito entender.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal tive dificuldade de lidar com dois itens: lucro do Banco Central ou prejuízo.

Como esclarecer esse assunto para o Congresso Nacional e para a opinião pública, se até aí parecia uma caixa preta? Acusava-se o Banco Central de cometer irregularidades e com isso havia muito prejuízo. Como iríamos lidar com isso? A única forma que encontrei foi observar que o Banco Central seria ressarcido através do orçamento, ou o lucro também seria levado para o Governo.

Perguntei a V.Sa. se existiria outra forma de se lidar com o prejuízo ou com o lucro do Banco Central. Não entrei na qualidade desses dois itens. Só na segunda pergunta é que falei sobre o aspecto do prejuízo administrativo e de outros que estavam no relatório de V.Sa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está correto. Não vejo outra forma de anunciar a apropriação do resultado do Tesouro Nacional, na medida em que outras formas deveriam prever maneiras de o Banco Central captar diretamente recursos do público para cobrir determinados prejuízos. Isso traz desvantagens importantes.

Existem situações em outros países em que o Banco Central tem autonomia orçamentária. Mas isso é definido de maneira clara pelo Congresso e há mecanismos que limitam a possibilidade de o Banco Central, eventualmente, ter prejuízos muito grandes com limitações conseqüentes da capacidade de sua intervenção. Estas são decisões política, monetária e cambial importantes. Resumindo, na medida em que o Banco Central obtém resultados positivos ou negativos importantes só existem duas formas: ou o Banco Central repassa ao Tesouro Nacional por sua iniciativa ou o Banco Central busca esses recursos no público, que não poderia ser objeto de empréstimo. Ou seja, não seria boa prática financeira o Banco Central cobrir prejuízos com empréstimos. Então, ele teria de buscar recursos através de arrecadação direta, o que abre outra fonte de discussão complexa.

Portanto, eu diria a V.Exa. que existe uma possibilidade teórica, mas é difícil, complexa e que geraria outra grande dificuldade. Parece-me uma maneira bastante ponderada e realista de se encarar o problema. Não vejo outra forma simples para a solução desse problema.

Em relação à pergunta referente às despesas administrativas, eu gostaria de pedir desculpas, mas fui orientado pela Presidência para ser sintético nas respostas. Gostaria que eu



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fosse entendido dentro de uma postura de disciplina do palestrante e não porque eu esteja querendo abreviar as respostas. Comentaram que eu estava explicando muito e que isso poderia tomar mais tempo. Estou simplesmente sendo disciplinado e dando respostas mais curtas. Mas de forma alguma envolve menor interesse de minha parte pela resposta. Por mim, eu continuaria a explicar com todos os detalhes.

Quanto ao prejuízo do Banco Central e no item de despesas outras da despesa total, eu diria que os precatórios foram cerca de 420 milhões de reais no item de despesas totais. Desses precatórios, 95% referem-se a planos econômicos, em que o Banco Central foi considerado responsável, particularmente em relação ao Plano Collor, e 5% referem-se a ações trabalhistas. Portanto, isso explica essa parte. Despesas administrativas do Banco Central, cerca de 640 milhões de reais, basicamente com pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros etc. Essa, de fato, é a despesa administrativa direta do Banco Central.

Tivemos, além disso, outras provisões no valor de 680 milhões de reais, basicamente provisões referentes a contribuições futuras para o Centrus, que é o centro de aposentadoria dos funcionários do Banco Central; remuneração de reservas matemáticas do Banco Central para a constituição de ativos; e devolução de contribuições por decisões judiciais ou não. Em resumo, estão relacionadas à constituição de provisionamento no balanço.

Tivemos também outras receitas no valor de 130 milhões de reais, além de uma miscelânea de despesas no total de 140 milhões de reais.

Chequei o percentual e confirmei que a grande maioria — quase 100% — refere-se às despesas de manutenção do meio circulante, cerca de 140 milhões de reais, portanto.

A resposta às perguntas do Deputado Jorge Bittar, relacionadas à taxa de juros *versus* inflação e à justificativa conceitual, em última análise, para se manter altas taxas de juros por longos períodos, considerando que não existe inflação de demanda no Brasil, terá de ser sintetizada, para obedecer à disciplina da Mesa e por ser um assunto bastante complexo.

Em primeiro lugar, tratarei da inflação de demanda. Ocorreu claramente um choque de oferta, de produto, a desvalorização cambial, gerando choque de custo na economia. Isso produziu efeito secundário sobre preços administrados: tarifas e outros serviços, que geram uma segunda onda de choque de oferta. Num primeiro momento, não houve a caracterização da inflação de demanda, mas a pergunta é a seguinte: por se tratar apenas de choque de oferta, não seria o caso de o Banco Central ficar parado e esperar a absorção desse choque de oferta?

O grande problema do Brasil — e V.Exa. conhece bem — é a inércia, porque mesmo em outros países a inflação é gerada por um choque de oferta, de início, criando um efeito inercial, na medida em que os agentes econômicos, que perdem na conjugação de preços relativos, possam se recompor dentro dessa equação. Nesse caso, temos indicação concreta de que isso começou a ocorrer no Brasil.

Portanto, a política monetária se justifica claramente do ponto de vista conceitual, porque — usando termos de lei — está ocorrendo a contaminação, e a política monetária se aplica ao caso.

Quanto a manter altas taxas de juros por longo período, registro que, em relação à política monetária em si, existe uma pressuposição. Isso dependerá do período de demora de a inflação convergir para a meta definida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central. Em resumo, vai depender muito da trajetória da inflação. Isso vai determinar até que ponto a política monetária será restritiva e por quanto tempo.

Em relação à taxa de juro real, conforme mencionei em minha palestra, existem vários outros fatores. A taxa de juros é influenciada pelo grande risco de se emprestar ao País. A maneira de conseguirmos baixar a taxa, para obtermos uma queda consistente dos juros reais ao longo do tempo, vai depender de todas as medidas que estamos discutindo, seja a reforma previdenciária, seja a reforma tributária, ou outras medidas referentes à própria autonomia do Banco Central e evidentemente o superávit primário. À medida que perceberem que o risco de se emprestar ao Brasil vai cair, isso levará, com o tempo, a uma menor taxa de juros real da economia.

Deputado, acredito que esta seria a resposta à sua pergunta. Passando para o questionamento do Deputado José Thomaz Nonô em relação à intervenção do Banco Central...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Henrique Meirelles, fiz uma pergunta, mas em virtude do adiantado da hora, não sei se V.Exa. a responderá com profundidade. Mas eu queria



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ouvir uma apreciação — ainda que breve — sobre a emissão de títulos cambiais, no volume em que ocorreu. Quero saber se V.Sa. considera, na proporção em que ela ocorreu nesses anos e pela sua consequência na economia, particularmente na relação dívida/PIB, essa estratégia correta, levando-se em conta a visão de custo/benefício de cada instrumento de política macroeconômica.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Essa é uma pergunta de difícil resposta, porque, evidentemente, naquele momento eu não tinha acesso aos dados do Comitê de Política Monetária do Banco Central, não tinha assento no comitê, e, portanto, tenho dificuldade de dizer se haveria outras possibilidades.

Podemos notar que a introdução de títulos indexados ao câmbio no Brasil se deu quando o País adotava o regime de câmbio controlado, no período compreendido entre 1994 e 1998. A evidente finalidade da medida foi, à época, transmitir aos agentes econômicos confiança no sentido de afirmar que o câmbio continuaria seguindo as bandas de flutuação administradas pelo Governo, ou seja, o câmbio não seria desvalorizado de forma acentuada. Isso fez parte de uma política estabelecida num determinado momento da economia. Podemos questionar se essa política estava certa ou errada, e o que faríamos se estivessemos lá. Particularmente, acredito na flutuação do câmbio, mas é muito fácil dizer isso alguns anos depois, principalmente quando a história definiu o resultado; por isso, hesito fazer julgamento desse tipo.

A estratégia de oferecer proteção ao mercado foi estabelecida quando o câmbio era controlado. Isso foi feito para dar confiança ao mercado, a fim de não mudar o regime, mas o fato foi que o regime mudou, e, a partir daí, o Banco Central teve de lidar com uma carteira de títulos indexados ao câmbio, emitidos em poder do público. Novamente houve, em determinado momento, a decisão de, de um lado, desindexar o câmbio *versus* custo dos títulos *versus* prazo. Não há dúvida de que o mercado aceitava mais prazo e menos custo, com títulos indexados. Essa foi a decisão tomada pelo Banco Central, naquela oportunidade, porque a instituição estava enfrentando, juntamente com o Tesouro, uma situação difícil, advinda do período anterior, do período pré-flutuação. E decisão decorre de julgamento.

Agora, V.Exa. pode perguntar: olhando para o futuro, qual a situação ideal? Evidentemente, a situação ideal consiste em garantir a estabilidade do País, pela qual estamos trabalhando; consiste em eliminar essa insegurança em relação à taxa cambial, a fim de que os agentes, os mercados e os investidores aceitem os títulos, que não serão indexados às taxas de juros locais, mas prefixados. Mas essa é a situação ideal, e acontecerá quando o Brasil atingir o nível de estabilidade que estamos trabalhando para alcançar.

Deputado, voltando ao ponto, entendo que estou sendo breve para tratar do assunto, mas tenho de utilizar o tempo estabelecido pela Mesa. Estou disposto a conversar com V.Exa. mais demoradamente a respeito dos fatos, se V.Exa. se interessar. Em resumo, a situação é bastante complexa e de difícil julgamento *a posteriori*. Quanto ao Suape, ele foi imprescindível, e quanto à intervenção do Banco Central, ela também foi imprescindível, num certo momento; trata-se, portanto, da mesma pergunta. É difícil respondê-la *a posteriori*.

Considero complicado fazermos julgamento técnico de gestões anteriores, como seria necessário para responder a pergunta do Deputado José Thomaz Nonô. O Banco Central tomou uma decisão; prefiro acreditar que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ - Sr. Henrique Meirelles, essa pergunta não foi feita por mim. Sou responsável apenas pelos meus filhos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Desculpe-me. Tudo bem.

Houve uma pergunta sobre a autonomia. Questiona-se o desejo do Governo. Há uma falta de crença no Governo Lula? Vou emitir minha opinião a respeito do assunto. Em primeiro lugar, como disse anteriormente, o projeto de autonomia do Banco Central é do Governo; portanto, não é do Banco, muito menos do Presidente da instituição. Repito: é um projeto do Governo. Não cabe ao Presidente do Banco Central apresentar um projeto sobre o próprio órgão. Evidentemente, como representante do Governo, assinei, juntamente com o Ministro da Fazenda, uma carta endereçada ao Fundo Monetário Internacional em que expus a posição do Governo. Não há dúvida sobre isso.

Fizeram-me aqui uma pergunta pessoal: se eu achava que a autonomia do Banco Central é desejável. Eu diria que a experiência de diversos países do mundo mostra efeitos



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

positivos. Utilizo até o exemplo da Inglaterra, onde a primeira medida tomada pelo Governo Tony Blair foi a de apresentar o projeto de autonomia do Banco Central.

Essa, repito, foi uma iniciativa do Governo. E sendo iniciativa do Governo, portanto, do meu ponto de vista, não é oportuna a pergunta sobre se isso demonstraria falta de confiança nossa no Governo. Não. Esse é um projeto do Presidente Lula, do Ministro Palocci, e eu, simplesmente, neste momento, como membro do Governo, endosso as teses do Governo. Em nenhum momento eu disse que era um projeto do Banco Central ou meu. Quando fui convidado pelo Presidente Lula, sequer falamos sobre a autonomia do Banco Central. Aceitei o convite e o projeto do Governo, independentemente de qualquer processo de economia posterior.

Quanto à elevação da taxa dos lucros dos bancos ou às formas de controle de taxas de serviço, trata-se de uma decisão de cunho tributário e fiscal, e não cabe necessariamente ao Banco Central opinar a respeito. Não podemos opinar sobre aumento de Imposto de Renda para quem ganha mais ou menos. Isso deve ser proposta do Ministro da Fazenda, conjuntamente com o Congresso Nacional. Não tenho muito a dizer a esse respeito.

Quanto à taxa de serviços bancários, ocorre o mesmo. Qualquer taxa ou qualquer decisão de abaixar a taxa também não é atribuição do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ - Perdoe-me, Sr. Henrique Meirelles, mas para evitar réplica posterior gostaria de fazer alguns comentários. O Banco Central é quem define a taxa de diversos serviços — extratos, talões, cadastros e outros. Em alguns casos, houve aumento de mais de 1.000%. Isso é decisão do Banco Central, sim.

Quanto à segunda questão, V.Exa. está coberto de razão.

Em relação à primeira, não me fiz muito claro; entendo a posição de V.Exa, mas a pergunta foi outra: o que pensa V.Exa. — e espero que me responda de forma transparente e permeável; a pergunta é teórica — quanto ao fato de o Banco Central ser um instrumento de política de Governo, um elo da política econômica do Governo? V.Exa. prefere que o BACEN seja ascético, absolutamente distante, ou um instrumento de política? A idéia é essa. Meu receio é político. E a pergunta é oportuna, porque votaremos amanhã uma matéria que diz respeito a esse assunto, e serei o representante do meu partido para discutir isso. Aliás, queremos ajudar V.Exa. Quem não o tem permitido são alguns representantes do PT, a parte menos lúcida, se V.Exa. e o Deputado Virgílio Guimarães me permitem dizê-lo. Então, a pergunta é a seguinte: como aferir responsabilidades mais adiante?

Quanto estive na Alemanha, li um lindo artigo na revista *Der Spiegel*, em que um Parlamentar arrasava a independência do Banco Central alemão, utilizando vários argumentos. O banco é uma projeção da política do Governo, e é difícil incrementar as diversas políticas, como a agrícola e a de exportação, se essa instituição for um satélite à parte.

Era isso que queria ouvir de V.Exa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Desculpe-me, Deputado José Thomaz Nonô, não havia entendido a sua pergunta.

Em primeiro lugar, em relação às tarifas, evidentemente sei que o Banco Central estabelece as tarifas, segundo uma avaliação técnica de custo. Evidentemente o Banco Central estabelece as tarifas, sempre com base em critérios de avaliação técnica de custo. O que eu disse claramente foi que não competia, em primeiro lugar, ao Banco Central decidir sobre eventuais taxações de lucros gerados por isso. E em relação ao fato de o Banco Central ter fixado essas tarifas no passado, eu apenas estou reafirmando a postura ética de não julgar atos praticados por gestões anteriores. Ajo da mesma maneira quanto às perguntas anteriores. O que acho de determinada medida tomada pelo Banco Central, o que faria ou não quanto a esse aspecto não vem ao caso. O que posso assegurar-lhe é que vamos olhar esse assunto e outros rigorosamente. Quando chegar o momento de o Banco Central tomar medidas a esse respeito, terei prazer em responder ao seu questionamento.

Quanto à questão de o Banco Central ser um elo da política, dentro do projeto em discussão em diversos setores técnicos a que tenho acesso, posso falar do que vi em outros países que usam esse sistema. Posso dar um exemplo: estive no Banco Central dos Bancos Centrais — vamos chamá-lo assim —, o Bank for International Settlements, na Basileia. Lá o Governo, por intermédio do órgão competente, que aqui no Brasil seria o Conselho Monetário Nacional, determina a política. Portanto, o Banco Central não é um órgão ascético, apartado. Ele vai implementar uma política determinada pelo Governo. Apenas tem mandatos claros e



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

são-lhe cobrados resultados pelo Executivo e pelo Legislativo. O Banco Central é assim: o Presidente da República aponta, o Congresso aprova, os relatórios são prestados, e existem inclusive critérios de perda de mandato, critérios de improbidade pessoal ou administrativa — número 1 — e de não-cumprimento de metas determinadas pelo Governo. Em resumo, o Banco Central não é um órgão ascético nos outros países, mas um órgão perfeitamente enquadrado na política do Governo, na medida em que segue as determinações governamentais.

Passo agora à pergunta do Deputado Jovair Arantes — aliás, fujo um pouco do protocolo para enfatizar seu caráter de competidor leal, na busca de votos no Estado de Goiás, nas últimas eleições.

Em relação ao dólar, gostaria de enfatizar que a moeda chegou a estar cotada em R\$ 3,90. Na última vez em que pesquisei, antes de vir para cá, a cotação já estava na faixa de R\$ 3,32. Em resumo, houve uma queda importante, apesar de ter havido inflação no período. O comportamento do dólar no futuro vai depender de uma série de fatores, inclusive do mercado, porque é muito importante enfatizar que o Banco Central tem uma meta apenas, que é a meta de inflação, e um instrumento, que é a política monetária. Portanto, o Banco Central não opera com meta por valor da moeda, da mesma maneira que não opera com meta para outros valores de agregados monetários etc. Cada um pode até ter uma opinião pessoal: o exportador acha que o dólar mais caro é melhor; o importador, que é pior; o Tesouro Nacional acha que o dólar mais barato melhora a dívida; mas, como disse, não compete ao Banco Central ter metas sobre isso, porque, repito, por definição, ele tem apenas uma meta, que é a inflação, e um instrumento político, que é a política monetária.

Quanto à questão da guerra, Deputado, a conta será paga pelo mundo inteiro, inclusive pelo Brasil. Vai depender muito da duração da guerra, dos embates. Acho que é muito prematuro dizermos algo, porque os próprios mercados mundiais estão confusos com isso. Em resumo, se for uma guerra prolongada, complicada, com os preços do petróleo subindo e os mercados ficando cada vez mais avessos ao risco, certamente uma parte da conta será paga pelo Brasil e por outros países, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Como ainda temos oito Deputados inscritos, pergunto ao nobre Presidente do Banco Central se podemos chamar os debatedores. *(Pausa.)*

Com a palavra o primeiro inscrito deste bloco, o Deputado Félix Mendonça.

Apelo para os Srs. Deputados no sentido de que não ultrapassem o tempo de três minutos. A sessão está prolongando-se e o Presidente do Banco Central está fazendo o obséquio de permanecer aqui conosco.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Dr. Henrique Meirelles, por que os juros reais são mais altos no Brasil? Na sua exposição chamou-me a atenção o item denominado “trajetória desfavorável da relação dívida pública/PIB”. Segundo os dados que aqui constam, em 1995 os juros eram de 18,725%, consolidados, e passaram para 48,75%; em 2000, para 54%; em 2001, para 66%; e em 2002, para 118%! Estava prevista no Orçamento a destinação de 60 bilhões de reais para o pagamento dos juros; a previsão subiu para 190 bilhões em 2002, no setor público consolidado, e para 118 bilhões em 2003. Portanto, o que me preocupa basicamente são os juros conseqüentes da dívida pública em relação ao PIB, a escalada desses juros. A quanto chegaremos no ano de 2003? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é decorrente da primeira. Dizem que os economistas conhecem muito de economia, mas não o Brasil. Outro assunto que me preocupa, além da dívida pública, é sem dúvida o desemprego. Fala-se em 10 milhões, 12 milhões de desempregados. Não existem 10 milhões de desempregados; sabemos que é apenas uma referência, mas há um desemprego crescente no Brasil. E para vencermos esse desemprego é preciso que haja investimento. Dos 190 bilhões previstos, pagamos apenas 55 bilhões, porque incorporamos dívida. Isso representa aumento da dívida, dos juros. O bolo está crescendo. E a solução para o problema do desemprego depende de investimento. Precisamos fazer investimentos. E um outro item da sua exposição, o que diz respeito à reduzida participação do setor externo na economia, alude diretamente ao emprego. Precisamos criar um canal de exportações. Só se paga a dívida externa exportando ou vendendo nossos próprios bens. Esses já vendemos quase todos; resta-nos criar um canal de exportação. Então, acho que o Banco Central deve propiciar a criação desse canal, financiando os grandes projetos de exportação.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para V.Sa. ter uma idéia, no Nordeste há 60 mil hectares prontos para serem acionados. Os instrumentos estão prontos e isso precisa ser dinamizado. É preciso que os bancos participem, façam as licitações dessas áreas. Se são 5 trabalhadores por hectare, nesses 60 mil hectares poderão ser criados 300 mil empregos.

V.Sa. fez uma brilhante exposição. Mostrou que conhece a economia do nosso País. E nós Deputados devemos transmitir-lhe um pouco do que conhecemos do Brasil. Por isso, neste ponto, chamo a atenção de V.Sa. para a necessidade de fazermos investimentos imediatamente, e só podemos investir se tivermos juros mais baixos. Os juros estão muito altos. A escalada dos juros poderá conduzir-nos a uma situação crítica. Não se respeita a lógica. Caminha-se de tal forma que vamos ter sérios problemas. Chamo a atenção de V.Exa. para essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO - Dr. Henrique Meirelles, inicialmente, cumprimento V.Sa. pela maneira digna com que fez sua exposição. V.Sa. fez, de forma isenta, uma espécie de prestação de contas de um trabalho anterior ao seu, quando poderia e talvez até devesse ter detalhado com clareza a herança que recebeu e que lhe cabe agora, ou cabe ao Governo, administrar. Quero cumprimentá-lo por isso.

Minha pergunta refere-se à autonomia do Banco Central. Ouvi com atenção, durante toda a tarde, com vivo interesse, tudo que se referia a esse assunto, que me causa enorme preocupação. Continuo considerando essa idéia de autonomia do Banco Central como uma iniciativa com o objetivo de retirar da autoridade constituída, legitimamente eleita, uma parcela de poder. Não consigo entender de maneira diferente. É como se precisássemos proteger alguma coisa da vontade popular e do governante por ela eleito. Em tudo que já li e ouvi não encontrei argumento que me convença do contrário. Acabamos caindo no discurso de que é vontade do FMI, exigência do sistema financeiro.

Insisto e já disse aos Deputados do PT que não consigo entender que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo sido eleito com parcela tão expressiva dos votos dos brasileiros, queira, *sponte sua*, abrir mão de uma parcela desse poder, quando, na verdade, se não é todo o coração, é a principal artéria da ação do Governo e de toda expectativa da sociedade. Continuo achando que parece que alguém quer proteger algo do próprio governante eleito pelo povo. Essa é a minha visão. V.Sa., ao longo da sua exposição, procurou não entrar no mérito dessa questão, mas resvalou nele, ao responder a pergunta do Deputado José Thomaz Nonô; então, por gentileza, poderia explicar de forma um pouco mais acadêmica, mais pedagógica, o que seria diferente se houvesse a autonomia? Em que isso seria melhor para o Brasil? Aponte situações concretas: isso hoje funciona assim, a partir da autonomia funcionaria dessa maneira; isso é bom, aquilo é ruim; hoje pode isso, com a autonomia não poderá; hoje não pode isso, com a autonomia poderá etc. Com base nos exemplos que V.Sa. citou de outros países, gostaria que nos configurasse uma situação concreta. O que vai mudar? O que vai ser diferente? O que se vai ganhar com isso? O que o povo vai ganhar com isso?

Essa a minha pergunta, se V.Sa. puder responder. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, saúdo o ilustre Presidente do Banco Central. Vou fazer-lhe três perguntas, mas creio que V.Sa. não vai respondê-las, até por uma questão ética, para não comentar situações anteriores. Ainda assim, farei as perguntas, por dever de ofício.

No semestre passado, a base monetária foi expandida, o que fez com que em janeiro o Banco Central viesse a aumentar o depósito compulsório para 60%. Se tivesse autonomia, o Banco Central teria permitido essa expansão da base monetária feita no período eleitoral no ano passado?

Se o superávit primário fosse permanente, na década passada, no período de 1993 a 2001, certamente a relação entre a dívida pública e o PIB estaria hoje em torno de 26%. Em 1995, 1997 e 1998 não houve superávit primário; houve déficit primário. A partir desse ano para a frente, qual seria a expectativa? Mantendo-se o superávit primário em torno de 4,5%, qual o período necessário para a redução da relação dívida pública/PIB?



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tenho dúvidas ainda com relação à autonomia do Banco Central. Sou leigo no assunto, mas ousou dizer que acho muito difícil combater a especulação da moeda com um decreto do Presidente da República ou um projeto de lei aprovado no Congresso Nacional, em face desse mundo globalizado, da velocidade com que os fluxos financeiros circulam pelo mundo. Então, creio que dificilmente se defenderá o real de um ataque com o instrumental clássico do decreto ou do projeto de lei. Faço essa observação embora ainda tenha dúvidas com relação à autonomia do Banco Central.

A terceira pergunta tem relação com a conta CC-5. No passado essa conta foi utilizada com muita velocidade e afinco para remessa de recursos para o exterior. Gostaria de saber sua opinião a respeito de um melhor controle dessas remessas, porque em boa parte os recursos remetidos por contas CC-5 são oriundos do narcotráfico, da corrupção e da sonegação fiscal. Gostaria, portanto, de saber a opinião do Banco Central sobre as contas CC-5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra à nobre Deputada Dra. Clair, pelo prazo de três minutos.

A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR - Inicialmente, quero saudar o Sr. Presidente do Banco Central.

Podemos, aproveitando que estamos fazendo uma audiência pública para examinar a política desenvolvida por aquela instituição e analisando essa tabela da dívida indexada ao câmbio, verificar que em determinados meses do ano o número de títulos indexados ao câmbio, ao dólar, era muito acentuado. Houve épocas em que chegou a 78,98%, 88%. Enfim, há uma indexação muito grande dos títulos ao câmbio. Pergunto — porque temos de verificar se foi certo ou errado, para nos prevenirmos no futuro, e para que a população também saiba — se foi acertada a decisão do Banco Central de fazer essas emissões de títulos, ou se foi uma irresponsabilidade. Quais os reflexos dessas emissões na economia?

Também gostaria de saber de V.Exa. qual foi o embasamento legal do Banco Central para a emissão desses títulos e se há alguma medida para reduzir ou para evitar essa indexação. Temos observado uma redução dos títulos públicos indexados ao câmbio, e um aproveitamento, uma passagem, uma transferência para esse ato; gostaria de saber se é essa a medida correta, ou se haveria medidas alternativas, afora a indexação ao câmbio.

Com relação à autonomia do Banco Central, gostaria de saber se já não existe autonomia suficiente dessa instituição e quais seriam as restrições existentes hoje. Pergunto a V.Sa. também se a credibilidade do Banco Central está ou não atrelada à exigência da autonomia. Cito o exemplo do episódio dos Bancos FonteCindam e Marka. Naquela oportunidade, o Ministro da Fazenda disse desconhecer a operação conduzida pelo Banco Central; então, existia uma autonomia muito grande do Banco Central, tanto que o próprio Ministro desconhecia a existência de referida operação. A emissão de títulos indexados ao dólar já não é uma autonomia exagerada do Banco Central? O aumento dos juros já não é uma autonomia muito acentuada? E a própria composição do Banco Central?

Sr. Ministro, são essas algumas das questões que gostaria de ver respondidas, e, acredito, a população também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Concedo a palavra ao próximo debatedor, o nobre Líder Virgílio Guimarães, pelo tempo de três minutos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, sem dúvida alguma, as três maiores aquisições para o desenvolvimento da humanidade foram o fogo, a roda e o Banco Central.

Essa frase, muito conhecida, evidentemente não é minha, é de Groucho Marx, um fino humorista. Na época da crise, quando surgiu a idéia de se criar o Banco Central, alguns entendiam ser essa a solução para os problemas da humanidade. Groucho Marx expressou-se com sua fina ironia, talvez com um certo exagero, para que fossem colocados os pingos nos "is". Creio, Sr. Presidente, que hoje alguns estão levando ao pé da letra a frase de Groucho Marx, como se o Banco Central fosse tudo na economia.

Precisamos, antes de mais nada, entender o que é o Banco Central e o que significa sua autonomia, nesta discussão. Existem modelos diferentes para o Banco Central. O atual segue o modelo da subordinação. Foi delicado quem disse que a legislação estabelece critérios para o funcionamento do Banco Central. Onde foi dito "legislação", ouça-se "circular". Nosso Banco



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Central é regulado por circulares, não por lei complementar, sequer por lei ordinária. É um modelo claro de subordinação.

Houve na Constituição de 1988 uma tentativa de alterar a situação ao se estabelecer a obrigatoriedade de comparecimento ao Senado Federal. E pretendia-se também que, por lei complementar, o Banco Central do Brasil finalmente fosse modernizado. O PT, naquela ocasião, defendeu a autonomia do Banco Central. Em 1992, fiz um levantamento de projetos de lei com elementos de autonomia e encontrei um do PCdoB, um do PMDB, diversos do PT, mas não vi nada em sentido contrário.

Portanto, creio que hoje essa discussão ganhou um tom que segue a linha daquela frase de Groucho Marx, só que com inversão de sentido.

A autonomia do Banco Central é um direito da cidadania, um direito do povo. Nós também somos mercado. O direito a ter um Banco Central com estabilidade, com regras e com perspectivas é um desejo do mercado, a começar pelo mercado interno.

Partidos irmãos posicionam-se em favor do controle feito pela sociedade. Isso está nos jornais de hoje. Se é um controle praticado pela sociedade, há algo a menos no poder absoluto do Governo, e isso é bom. Se ganhamos a eleição, e o PT fala em orçamento participativo, estamos não abdicando do poder imperial do Presidente da República ou do Prefeito, mas sim reconhecendo uma parceria com a sociedade, reivindicando o direito de não ver resoluções serem tomadas de madrugada, de haver um conselho superior, um Conselho Monetário que represente a sociedade, de responsabilizar os diretores em seus mandatos, vinculando-os também às diretrizes da política econômica que emanam de um Governo eleito.

Estamos falando em Banco Central autônomo. Não falo em Banco Central independente. Não falo em satélite colocado aqui, nem em alguém que vá blindar o que é definido pelo Governo. Temos que entender isso. Se queremos um Banco Central com mais controle, ele precisa ser mais focado e ter suas funções mais bem definidas. Um Banco Central dotado de autonomia jamais iria enterrar 3 bilhões em uma instituição qualquer de madrugada. Jamais! Até porque a legislação não encobriria isso. Um Banco Central com autonomia está sob o controle da sociedade. A sociedade tem o direito de exercer esse controle, a começar do investidor interno, do pequeno investidor.

Se não há regras, se não há confiança no futuro, se não se sabe quais são as metas nem quem é responsável por elas, como podemos falar em economia solidária e em desenvolvimento sustentável, como está no programa do Governo Lula? A autonomia do Banco Central, nesse sentido, é imprescindível para estimular os investimentos produtivos dos pequenos, médios e grandes. Não haver regra alguma, isso, sim, é um estímulo à ciranda financeira.

É evidente que, se queremos rolar nossa dívida com prazos mais longos e juros mais baixos, não precisamos oferecer no altar do investidor estrangeiro a reforma tributária. Não! Nós precisamos dela. Quando a economia é mais confiável para nós, torna-se melhor para os outros investirem na nossa dívida pública.

Portanto, precisamos de um Banco Central reformulado, reestruturado, mais controlado pela sociedade. É como uma fórmula matemática: autonomia é igual a estabilidade, mais controle, mais vinculação às macrodiretrizes que emanam do povo por meio do seu Governo legitimamente eleito. Queremos e precisamos das reformas previdenciária e tributária e de um novo Banco Central. Isso faz parte do nosso programa.

Vamos, numa discussão paciente, fazer essas reformas, não por imposição, mas por convicção. Vamos reformular o Banco Central brasileiro, tornando-o autônomo, ou seja, estável, controlado e vinculado ao que o povo deseja para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - O próximo debatedor é o nobre Deputado Marcelo Castro, que dispõe do tempo de três minutos.

Não chamei o Deputado Pompeo de Mattos porque não o vi, mas S.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros falou sobre o "efeito Lula", que desestabilizou a economia no ano passado, mas gostaria de acrescentar que mais do que o "efeito Lula" houve o "efeito Serra". Foram os próprios próceres do Governo que criaram esse clima de instabilidade, dizendo, para turbinar o candidato do PSDB, que se Serra não fosse eleito o Brasil poderia virar uma Argentina. Essa é a verdade. Na época os jornais inclusive publicaram que o Governo havia dado um tiro no próprio pé; quer



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dizer, tentando favorecer seu candidato, acabou criando um grande problema para a economia do Brasil. Isso é um fato que precisamos esclarecer.

Sr. Presidente, já fui professor de física, uma área que as coisas são simples e as leis, claras; por exemplo: todo corpo sólido mergulhado num líquido recebe um impulso de baixo para cima igual ao peso do volume do objeto deslocado. Depois fui professor de psiquiatria, uma área que trata do subjetivo, do abstrato. Esperava que a economia fosse uma ciência mais próxima da física, dos números, do que do abstrato, do subjetivo, da psiquiatria. No entanto, eu e meus colegas psiquiatras acertaríamos mais do que os economistas brasileiros.

No tempo em que era Ministro da Economia, o Deputado Delfim Netto prefixava a inflação. Dizia que a inflação do mês ia ser de tanto. Um dia, ao entrevistá-lo, um repórter observou ao então Ministro que ele havia dito que a inflação seria tal, e foi o dobro; os fundamentos estariam errados? Ele respondeu que não, de maneira alguma, e que se não tivesse tomado aquela providência a inflação teria sido muito maior.

Na verdade, ele errou.

Depois, quando da edição do Plano Cruzado, o Sr. Leonel Brizola, certamente fundamentado nos argumentos de seus economistas, disse que haveria um grande confisco da renda da classe trabalhadora. Houve exatamente o contrário. Houve, com o Plano Cruzado, um grande ganho de renda para o pequeno trabalhador.

Nosso grande economista Aloizio Mercadante instruiu Lula a bater no Plano Real, a dizer que ele não tinha consistência e não duraria três meses. Um grande economista, e errou feio também.

Veio o Ministro Pedro Malan, com todos os seus fundamentos de economia, juntamente com Gustavo Franco, e inventou aquele negócio de câmbio fixo, de âncora cambial. E por ocasião das crises da Rússia, da Coreia e do México, houve repercussão no Brasil e os juros subiram, nossas reservas foram queimadas, foi um drama. Eles quase acabaram com o País para manter a tal âncora cambial, que virou um dogma.

Agora vem o nosso Ministro Antonio Palocci e diz que a nossa dívida é muito grande, que a relação dívida pública/PIB é muito elevada, que isso gera instabilidade nos mercados, que ninguém confia no País. E há ainda a questão da Previdência, um obstáculo ao nosso crescimento. Para poder crescer e desenvolver-se, o País precisa diminuir essa relação dívida/PIB, e para isso precisa de um superávit muito elevado, o que considero muito lógico e coerente.

Ora, uma pessoa faz dieta para quê? Para ficar bonita e saudável. Ninguém faz dieta para ficar feio e doente. O sacrifício de hoje — redução do crescimento, reforma previdenciária, talvez até com cobrança de contribuição dos aposentados — é para, no futuro, o País poder respirar melhor, crescer e gerar bem-estar para o povo. Sou, como disse, psiquiatra; não entendo nada de economia, mas articulo o seguinte raciocínio: diante de tantos erros cometidos, a âncora cambial, cuja manutenção era a salvação do País, com o déficit da balança comercial, a redução das exportações e o aumento das importações, estourou. Por quê? Porque a equipe de Fernando Henrique não conseguiu pôr em prática a sua política. Se dependesse deles, fariam com o Brasil o que o Ministro Domingos Cavallo fez com a Argentina. Eles queriam manter a âncora cambial, mas não conseguiram, e a âncora quebrou. Foi como se o mundo tivesse acabado, mas não acabou; o Brasil cresceu, começou a respirar, as exportações aumentaram, as importações diminuíram, tudo melhorou. Eles estavam redondamente enganados.

Pergunto, pois gostaria que V.Exa. me tranquilizasse: tomando como exemplo o que ocorreu em outros países, o sacrifício que estamos fazendo vai resultar em benefício para a sociedade brasileira?

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, não pertencço a esta Comissão, mas fiz questão de vir aqui, porque dividimos o palanque nas últimas eleições e V.Sa. foi o Deputado Federal mais votado no meu Estado. A Câmara perdeu um grande Deputado, mas o Banco Central ganhou um técnico competente.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Farei um rápido comentário. Ouvi um orador que me antecedeu dizer que na campanha para Presidente da República foi difundida a idéia de que se Lula vencesse o Brasil correria o risco de ficar como a Argentina. O Governo buscou um Deputado do PSDB, que se desfilou, devido à legislação, para tomar conta do Banco Central. Por isso o Brasil não ficou nem ficará como a Argentina. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - V.Exa. não formulou questão de ordem.

Com a palavra o Deputado Jorge Alberto. Com relação ao requerimento, V.Exa. poderá comentá-lo e discuti-lo agora, para o que terá um pouco mais de tempo, por decisão da Mesa.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO - Muito obrigado. Cheguei de uma audiência com o Ministro dos Transportes e a Presidência já havia dado como prejudicado o requerimento.

De certa forma, aqueles que fazem a Comissão Mista de Orçamento têm sido competentes no sentido de antecipar-se às discussões e aprovações dos requerimentos para a vinda dos Srs. Ministros. Assim foi no caso do Ministro Palocci, da Fazenda, do Ministro Guido Mantega, do Planejamento, e agora no caso do Presidente do Banco Central. Quero parabenizar esta Comissão por ter conseguido antecipar a vinda dessas pessoas para debaterem conosco essas questões.

Dirigi-me ao Sr. Henrique Meirelles para dizer-lhe que o que me levou a requerer a vinda do Presidente do Banco Central a esta Comissão foi a necessidade de obter esclarecimentos a respeito da condução da atual política monetária e cambial. Não sou experto em economia nem em Direito Econômico, mas acabamos apreendendo alguns conceitos no dia-a-dia, e algumas coisas angustiam-me; por isso, naturalmente, são objeto das perguntas que farei ao Presidente do Banco Central.

Quando se trata de política macroeconômica, ouvimos muita gente da área econômica dar explicações, mas o que de fato me preocupa é o provável estrangulamento da economia com o aumento do depósito compulsório dos recursos à vista de 45% para 60% e o aumento da taxa SELIC para 26,5%. Ouvimos aqui as explicações dos Ministros da área econômica. Como aquecer a economia com o aumento dos juros, o dólar nervoso, o enxugamento monetário e o conseqüente aumento do repasse de dinheiro para o Banco Central? Gostaria que V.Sa. me esclarecesse como manter estável a inflação com essas medidas. Se a economia se retrai, pode haver adiante um aumento da demanda; se se retrai o aporte de recursos, na minha visão, que não sou economista, mas um militante da área de ciências biológicas e da saúde, creio que adiante se pode gerar uma inflação de demanda. Enfim, gostaria que V.Exa. me esclarecesse a razão do aumento da taxa de juros e do depósito compulsório. Tirando dinheiro de circulação, não haverá, mais à frente, uma inflação de demanda? Caso isso venha a se concretizar, que outras armas V.Sa. teria, como Presidente do Banco Central, para buscar a estabilidade econômica?

Estamos debatendo uma proposta de emenda à Constituição que poderá permitir a autonomia do Banco Central. Faço, quanto a isso, a seguinte pergunta: caso não seja aprovada, quais são as conseqüências que poderão advir em relação aos acordos que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de negociar com o Fundo Monetário Internacional amanhã?

Eram esses os meus questionamentos. Naturalmente, quem fala por último não tem muito a acrescentar, porque todos os demais já falaram. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Já se tendo manifestado o último inscrito, concedo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles para responder às perguntas.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - A primeira pergunta diz respeito à evolução dos juros reais, e foi manifestada uma preocupação quanto à evolução da dívida do setor público do Governo Federal. É, portanto, uma pergunta pontual. E indaga-se a que ponto chegaremos, com relação à dívida do setor público, com o presente nível de taxas de juros e as presentes condições da economia. Bom, a projeção do Banco Central e do Ministério da Fazenda é de que a relação da dívida com o Produto Interno Bruto se mantenha estável durante o ano de 2003 — portanto, ao redor de 56,5% do PIB —, caindo depois, gradualmente, durante os próximos anos. Isso, portanto, já está dentro do que foi divulgado pelo Ministro e que repetimos hoje.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Chamo a atenção para o fato de que o valor previsto para o pagamento de juros neste ano, 190 bilhões de reais, é quase o dobro do que pagamos a quase todos os aposentados do Brasil — só para mostrar a que ponto chegamos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - V.Exa. tem razão. O setor público brasileiro paga de juros um montante muito alto. Por isso estamos fazendo todo esse esforço visando estabilizar a economia, baixar o Risco Brasil e apresentar um superávit primário, exatamente para diminuir essa relação dívida/Produto Interno Bruto. Exatamente por isso o Sr. Ministro apresentou esse plano de trajetória cadente da carga da dívida em consequência da carga de juros. Essa a razão de todo esse esforço visando diminuir o endividamento do Governo. E gostaria de lembrar que essa dívida não foi criada nesses primeiros sessenta dias.

Em relação à necessidade de fazer investimentos e de dar atenção aos juros altos, concordo totalmente. Acredito que tenha ficado claro, na minha explanação, que o juro real da economia brasileira está em um patamar mais elevado do que nos demais países. Mas também procurei demonstrar claramente que não há qualquer possibilidade de o Banco Central abaixar os juros unilateral ou voluntariamente. Para reduzir a taxa de juros e o Risco Brasil, teremos de tomar uma série de medidas, discutidas hoje detalhadamente. Em resumo, concordamos com a necessidade de redução dos juros reais no Brasil; apenas é importante dizer que isso não se dá por uma decisão voluntária do Banco Central. O Banco Central tem que aplicar a taxa de juros necessária para o arrefecimento da inflação.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA - Chamei a atenção de V.Sa. para o fato de a inflação ocorrer de acordo com a relação PIB/recursos existentes na base monetária. Se aumentarmos o produto, sem dúvida diminuiremos a inflação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - São duas coisas diferentes. Conforme mencionei, não há exemplos de países que tenham tido uma inflação alta, hajam crescido e, em consequência disso, tenha caído a inflação. A queda da inflação é pré-condição para o crescimento econômico. A estabilidade geral da economia dá mais confiança à população e aos investidores. O juro real tende a cair ao longo do prazo, a economia cresce, e isso ajuda, certamente, a fazer decair a relação dívida/Produto. Concordamos nesse ponto.

O Deputado Paulo Afonso mencionou a autonomia do Banco Central. Indaga o que seria diferente caso o Banco Central fosse autônomo hoje. Minha resposta ao Deputado é a seguinte: nada. O Banco Central hoje desfruta de uma autonomia operacional prática, determinada pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda. Em nenhum momento recebi um telefonema do Presidente perguntando-me sobre qualquer coisa ou sugerindo qualquer mudança ou decisão de política monetária. Em resumo, o Banco Central desfruta hoje de total autonomia operacional prática, concedida pelo Presidente da República, o que faz sentido, na medida em que a Diretoria é apontada pelo Presidente e aprovada pelo Senado; portanto, o Presidente possui todas as condições de fazer essa escolha, e certamente vai apontar pessoas que considera com condições de defenderem o melhor para o País naquele momento.

Em resumo, em relação ao que mudaria, a resposta é: absolutamente nada.

A pergunta seguinte, já encaminhando respostas a outras perguntas correlacionadas, é: por que então se propõe essa autonomia do Banco Central? Porque isso foi proposto também em outros países, e as experiências de outros países mostra que isso torna todas as normas mais transparentes. Por exemplo, existem especulações nos jornais de que as autoridades, seja o Presidente, sejam os Ministros, influenciam na decisão do Comitê de Política Monetária. Existem especulações gerais que muitas vezes levam algumas pessoas mal informadas, nos mercados, a terem dúvidas sobre até que ponto o Banco Central está tendo autonomia, na prática. Posso atestar que sim, mas não posso garantir ao Deputado que todas as pessoas, 100% delas, acreditam na minha declaração, apesar de ser totalmente verdadeira. Enfim, as experiências de outros países mostram que há maior tranquilidade entre os agentes econômicos quando existe essa autonomia operacional.

Dito isso, quem define a política econômica é o Conselho Monetário Nacional e, em última análise, o Presidente da República, em qualquer país, a não ser naqueles em que existe a absoluta independência do Banco Central, mas nunca se falou nisso no Brasil; falou-se, isto sim, em autonomia de operação para implementar a política determinada pelo Governo. O Governo determina a operação, o Governo determina a meta da taxa de inflação, o Governo determina as metas monetárias, o Governo determina, portanto, o ritmo de aplicação da política. Além disso, as contas são prestadas ao Presidente da República, ao Ministro, ao Conselho Monetário e ao Congresso Nacional, e, na medida em que as metas definidas pelo Governo não são cumpridas, os Diretores e o Presidente do Banco Central podem inclusive perder o mandato.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - E o salário também.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Perdem o salário em alguns países, sim. Em resumo, é a meramente a institucionalização de algo que já existe na prática, o que é a essência da democracia. Por exemplo, no Brasil fizeram-se vários movimentos importantes de desinstitucionalização de determinado nível de autonomia, seja no Judiciário, seja no Ministério Público. Por que fazer isso, se temos um Presidente eleito? Houve momentos no passado, há um século, em que se discutiu a própria autonomia do Congresso. Então, é meramente a institucionalização de algo muito simples: de como o Banco Central deve fazer para cumprir determinações do Governo; isto é, quando o Governo definir a meta de inflação, como o Banco Central deve proceder e qual o critério de transparência. Torna-se tudo mais transparente. Na realidade, a experiência dos outros países mostra que o controle da sociedade aumenta. Essa, digamos, é a experiência internacional a respeito do assunto.

Quanto à questão levantada pelo Deputado Eduardo Valverde sobre a expansão da base, parece-me que a pergunta foi a seguinte: o Banco Central deveria ter permitido a expansão da base no ano passado? Trata-se, novamente, de uma questão de julgamento *a posteriori* e de muita complexidade, porque a expansão da base se deu por um movimento dos investidores, que, especialmente por volta do mês de maio, tiveram grande desconfiança quanto ao futuro da economia brasileira e resolveram tirar seu investimento de ativos de títulos públicos, principalmente, e colocar em ativos mais líquidos, como depósito bancário, caderneta de poupança, CDB, mercado de títulos com vencimento diário etc. Em resumo, esse foi um movimento geral da sociedade. Se o Banco Central deveria ter tentado controlar isso é uma questão de difícil julgamento. Eu apenas menciono aqui que técnicas modernas de administração de Banco Central hoje dizem que a estratégia do controle de agregados monetários não tem tido muito sucesso na prática. Em resumo, o Banco Central tem de monitorar os agregados monetários, mas apenas fixando a meta de inflação; portanto, a idéia de controle de agregados monetários de fato é algo não muito praticado hoje, mas essa é uma questão de julgamento, em determinados momentos da política do Banco Central, como todas as demais que já foram apresentadas.

Posso dizer que neste Governo, neste ano, tem havido uma diminuição da base monetária, e gostaria de encerrar essa questão por aqui. De fato, neste Governo a base monetária está contraindo-se.

Sobre a questão do superávit, a base da resposta é: trata-se de um cálculo matemático. Não há dúvida de que, se tivéssemos tido um superávit de mais de 3% há vários anos, muito antes de 1999, a relação dívida/Produto já seria muito menor. Esse é um cálculo matemático, e acho que não há nenhuma implicação de ordem subjetiva. Não é questão de julgamento. Não há dúvida de que a relação seria melhor se o superávit tivesse de fato começado a ser alcançado antes.

Em relação ao futuro e ao índice de 4,25%, nossas indicações são de que, partindo-se do pressuposto de que esse projeto que nós descrevemos siga o curso que prevemos, o superávit de 4,25% do produto será suficiente para que tenhamos uma diminuição da relação dívida/Produto no futuro.

Sobre a questão do controle das remessas pela CC-5, gostaria de separar dois aspectos distintos. Foi mencionado que o Banco Central deveria fazer um controle para barrar as remessas ilegais etc. Ora, não há dúvidas de que faz. Gostaria de afirmar que essa é uma preocupação constante do Banco Central e do sistema financeiro. Inclusive o Banco Central impõe aos responsáveis pelos bancos que fazem a operação que se assegurem da origem dos recursos. É um tipo de controle de responsabilidade do Banco Central e do sistema financeiro, e não tenham dúvida de que nessa área estaremos atuando com muito rigor. Isso é alta prioridade desta Administração.

O controle de fluxos por volume é outro assunto. O controle de capitais em si para tentar evitar fluxos excessivos para um lado ou para o outro tem-se mostrado no Brasil extremamente ineficiente, haja vista a moratória de 1987, que provocou uma crise muito grande no ano posterior, porque um controle puro e simples de fluxos leva, na prática, a que se acabe controlando a entrada e não a saída, porque a saída geralmente é feita por métodos ilegais, mercado paralelo etc. Agora, o controle da legalidade das operações e da origem de recursos, aí sim, é responsabilidade do sistema financeiro, do Banco Central, e posso assegurar-lhes que estamos e estaremos atentos a isso.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Deputada Dra. Clair perguntou se foi um acerto ou uma irresponsabilidade emitir os títulos cambiais. Gostaria de dizer-lhe, Deputada, que isso está dentro do escopo das perguntas que já respondemos, no sentido de que os títulos cambiais foram emitidos dentro de uma política de câmbio controlada, de 1995 a 1998. Portanto, foi uma posição de títulos que abriu aquela oportunidade, e, a partir do momento da flutuação do câmbio, a decisão de sair desses títulos é complexa, porque envolve um dilema, de novo, entre o prazo dos títulos, o custo dos títulos e o sistema de indexação. Em resumo, não há dúvida, portanto — para simplificar a resposta —, de que o ideal é termos, lá na frente, uma economia estável, que não exija a indexação do câmbio à moeda externa ou mesmo à taxa de juros, e em que os títulos públicos, como nas economias, a essa altura, mais amadurecidas, tenham taxas prefixadas e, portanto, não haja necessidade de indexação. Mas, de novo, isso é algo que só é possível fazer como resultado de maior estabilização da economia. Estamos trabalhando para que a economia adquira esse nível de estabilidade e, conseqüentemente, também a estrutura de administração.

Em relação ao embasamento legal para a emissão dos títulos, esclareço, por importante, que os títulos cambiais em si são emitidos pelo Tesouro, não pelo Banco Central. Repito: o Tesouro Nacional emite os títulos cambiais. O Banco Central faz operações no mercado de títulos, mas não emissões. O que são, sim, ações diretas do Banco Central são os *swaps*, que passaram a substituir, nas posições, muitos desses títulos cambiais vencidos em 2002, conforme mostramos naquela tabela. Em relação à base legal, não para a emissão de títulos, que é competência do Tesouro, mas para as operações de *swaps*, no entendimento do Departamento Jurídico do Banco Central, a instituição tem poderes para fazer esse tipo de operação no mercado de compra e venda de índices ou de tipos, no caso vendendo dólares contra posições de taxa de juros, por exemplo, operações típicas de Banco Central, de política de mercado aberto. Esse embasamento é dado pela Lei nº 4.595, de 1964. Portanto, esse é o entendimento jurídico do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Henrique Meirelles, um pequeno esclarecimento sobre a questão dos títulos cambiais. V.Sa. afirmou anteriormente, e agora também — quero ter certeza disso —, que a maior parte dos títulos cambiais foi emitida ainda no período do câmbio fixo; são títulos anteriores ao câmbio flutuante. Isso é absolutamente líquido e certo, ou a maior parte dos títulos foi emitida quando o dólar começou a se tornar muito volátil no País e foi necessária uma intervenção mais firme do Governo, por meio dos títulos, inicialmente, e depois com a operação de *swaps* no mercado cambial?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, essa é uma pergunta delicada, sob o seguinte aspecto: a posição de títulos data daquela época. Quando V.Exa. pergunta se a maior parte data daquela época, devido à grande variação nominal nesse período, precisamos fazer algumas contas, porque já é uma afirmação diferente. Teremos de comparar valores nominais ano a ano. A posição original data daquela época, quando se começou de fato a lançá-los. Agora, poderemos dar-lhe, idealmente, ainda no curso de nossa apresentação, a resposta precisa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - O que me parece importante nesse contexto é que se faça de fato um estudo, até com o apoio de instituições universitárias, sobre o resultado dessas políticas, não no sentido de culpar ninguém, mas de saber se esse instrumento, na medida em que foi utilizado, foi verdadeiramente importante, do ponto de vista da relação custo/benefício, para o País.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - O Diretor confirma que estava correta minha afirmação.

Estou ainda na resposta às questões da Deputada Dra. Clair. S.Exa. fez a mesma pergunta em relação a outros tipos de iniciativa, e terminou questionando se já não há autonomia suficiente, hoje, no Banco Central e quais restrições existem. Nobre Deputada, o Banco Central dispõe hoje de uma autonomia prática concedida pelo Presidente. Se o Presidente discordar de alguma medida tomada pelo instituição, terá todo o poder de tomar as atitudes necessárias em relação às decisões.

Dito isso, como já foi mencionado, a experiência de outros países mostra, no entanto, que, à medida que se institucionaliza esse processo, deixando claramente definido por lei quais são as responsabilidades do Banco Central, como se dará e como será essa transparência, à medida que passa a ser claramente definido que o Banco Central meramente implementa uma



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

política estabelecida pelo Governo, essa maior transparência terá um efeito benéfico. Não que mude nada, do ponto de vista prático, mas tudo passa a ser mais transparente e mais bem regulado por lei, e isso reflete-se no desempenho da economia.

Em relação a medidas tomadas no passado, mencionadas por V.Exa., referentes, por exemplo, a auxílios a bancos, também não tive acesso a isso. Não estava lá na época, não pude julgar o mérito dessas decisões, mas não há dúvida de que o Banco Central tinha poderes para tomá-las, e tomou-as legitimamente, do ponto de vista jurídico-institucional. A decisão em si, de que evidentemente não pude participar, suponho tenha sido objeto de suficiente discussão no Congresso Nacional.

Acredito já ter respondido à questão dos títulos indexados ao dólar e dos juros. Foi perguntado também se o Banco Central já não tem suficiente autonomia para fixar a taxa de juros, ao que respondo novamente que sim. O Banco Central hoje tem autonomia. O COPOM tem autonomia para fixar as taxas de juros e fazer a política monetária.

Quanto à futura composição da direção do Banco Central, certamente essa será uma decisão do Congresso Nacional, caso venha a aprovar um projeto de lei de responsabilidade monetária.

Passamos agora à intervenção do Deputado Virgílio Guimarães, que fez uma declaração...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Abro mão do direito de réplica. Entusiasmei-me, fiz algumas observações, mas não fiz a pergunta que queria fazer. Antes, porém, faço uma última observação sobre algo que demonstra a segurança do Presidente do Banco Central. Depois de ter escorregado e quebrado a perna, percebo que, além do elegantíssimo terno, ele usa um moderno tênis antiderrapante. Não quer tomar mais tombos, não quer ser pego de surpresa e quebrar a perna outra vez, o que demonstra que o Banco Central está em boas mãos. Chamou-me a atenção essa medida de proteção pessoal, que ele já estende à nossa moeda.

Pergunto ao Presidente do Banco Central se acredita ser possível a integração continental MERCOSUL sem um Banco Central com regras estáveis, de conhecimento dos vários parceiros, ou seja, se é possível haver uma verdadeira integração continental — MERCOSUL, no nosso caso — sem um Banco Central, no Brasil e nos demais países, com regras estáveis e elementos de autonomia. Pergunto se isso não seria também importante para esse objetivo.

O SR. HENRIQUE MEIRELES - De fato, V.Exa. levanta um ponto importante. Não há dúvida de que a experiência europeia foi nesse sentido, não só na questão dos Bancos Centrais, mas também em todos os aspectos básicos da legislação monetária e cambial. Quanto mais transparentes e acordadas as regras entre os diversos países, mais possível a integração. Em resumo, quanto menos subjetivas e quanto mais claras, institucionalizadas e transparentes as regras, maior facilidade certamente têm os países para se integrar.

Não há dúvida de que a integração da União Europeia não teria sido viável se não existisse transparência e institucionalização de regras. Essa é uma conquista da civilização. As regras são cada vez mais institucionais; são transparentes, e não subjetivas, por melhor, mais capaz, mais hábil, mais sábio que seja o governante. E o governante que de fato é sábio tem proposto ele próprio essa institucionalização.

O Deputado Marcelo Castro fez uma pergunta bastante direta. Levantando a questão da economia *versus* a psiquiatria, S.Exa. pergunta que segurança podemos ter, após tantos erros, de que o sacrifício que estamos fazendo vai valer a pena. Em primeiro lugar, quero dizer que a economia de fato tem um pouco de psiquiatria, sob o seguinte aspecto: o componente expectativas da opinião pública é muito importante para a formação de preços e para a taxa de inflação, numa série de coisas, e o economista tem de entender um pouco desse conjunto de expectativas. Acho que os erros são naturais na evolução do homem e da mulher, e — esta é uma crença pessoal — os países que se dão bem são os que não só aprendem com os próprios erros, mas também com os erros dos outros. As sociedades e comunidades que se desenvolvem menos são aquelas que tendem a insistir nos próprios erros. Portanto, a História do Brasil tem-nos ensinado muito a esse respeito. Segurança de que estamos no caminho certo sentimos quando olhamos para o restante do mundo. Na medida em que olharmos para o restante do mundo, veremos que as receitas de austeridade fiscal, de equilíbrio do setor público, de austeridade monetária, de Banco Central autônomo, de austeridade no trato da coisa pública,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de melhora da gestão, em resumo, tudo isso que o Brasil está fazendo agora deu certo nos países onde foi praticado. Portanto, não há melhor maneira de tentar evitar erros do que observar aquilo que outros países já fizeram no passado para mostrar o que podemos fazer no futuro.

O Deputado Jorge Alberto fez uma pergunta e vou aproveitar para respondê-la: além da política de metas de inflação e de taxas de juros, quais são as outras maneiras para se alcançar a estabilidade monetária?

Como tudo na vida tem vantagens e desvantagens, temos o aspecto afortunado. V.Exa. sabe que no Brasil já tentamos muitas coisas; por exemplo: controle de preços, tablita, controle de capitais, diversos planos, confisco de poupança. Já tentamos controlar taxa de câmbio, quase que exaurimos o manual teórico de economia. Então, isso dá-nos mais confiança, porque, nos demais países que hoje estão com a inflação sob controle, deu certo o sistema de metas de inflação.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, sem querer ser ostensivo ou agressivo com os colegas do PSDB, isso não já vinha dando certo há mais de oito anos?

O SR. HENRIQUE MEIRELES - Eu suponho que essa pergunta V.Exa. está dirigindo aos seus colegas. Muito bem.

Passo agora às perguntas do Deputado Jorge Alberto: o aumento do compulsório e o aumento da taxa SELIC podem levar a uma inflação de demanda? O que podemos fazer para evitar isso? Diria que a experiência internacional, em primeiro lugar, tem mostrado que não. O aumento da taxa de juros de um lado, e de outro o aumento do compulsório, que diminui o meio circulante de outro, levam a uma diminuição da demanda agregada. Por quê? Porque diminui o montante de recursos em poder do público, em primeiro lugar, e porque incentiva a poupança, pelo aumento também das taxas de juros, em segundo lugar; e também porque aumenta o custo do financiamento, de manutenção de estoques etc. Em resumo, são os chamados canais de transmissão. Existe uma série enorme de canais de transmissão que fazem com que a diminuição do meio circulante, da base monetária e dos agregados monetários e o aumento da taxa de juros levem à diminuição da demanda agregada — isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, é importante mencionar que existem não só experiências internacionais, mas também estudos feitos pelo Banco Central, por economistas independentes, como Dionísio, Prof. Pastor e outros, que mostram claramente, numa série histórica, que o aumento da taxa de juros leva a uma diminuição da demanda, e, portanto, não há esse risco. Não funciona ao contrário.

A última pergunta é em relação à autonomia: sem autonomia, quais são os reflexos nos acordos com o Fundo Monetário Internacional? Diria que, como mencionei antes, isso não faz parte das condições do acordo. Temos de dar explicações e obter a concordância do Fundo sobre a autonomia, porque o acordo com o Fundo Monetário Internacional, nos termos atuais, terminará em setembro. Como já mencionei repetidas vezes, a experiência internacional mostra que isso traz um resultado positivo, mas não é algo que se está discutindo em virtude do Fundo Monetário.

É evidente que, na discussão, o Fundo aborda uma série de questões levantadas pelo próprio Governo, como os aspectos da economia brasileira e os documentos com o próprio Fundo Monetário. A decisão do Governo de propor a autonomia operacional do Banco Central diz respeito ao que entende ser a melhor alternativa para o País nessa área.

Estou falando como representante do Governo, mas insisto que esse não é um projeto do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO - Só insisto um pouquinho para saber até que ponto a permanência das elevadas taxas de juros — que, a meu ver, acabam estrangulando a economia — é finita ou infinita. Há parâmetros? Essa é a preocupação que trago a V.Exa. ao fazer essa pergunta.

O SR. HENRIQUE MEIRELES - V.Exa. deve recordar-se de que, na minha apresentação, mostramos que existem três componentes da taxa de juros. O componente número um é a inflação. Se a inflação está alta, a taxa de juros está alta; se a inflação cai, a taxa de juros cai. Muito bem. O componente seguinte é a taxa de juros real, acima da inflação. Mostrei também que essa taxa de juros se situou, na média, em um nível muito alto no período 1994 a 1998, de 20%, e caiu para 10%, a metade, de 1999 a 2002. Foi um avanço importante.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mesmo assim, a taxa de juros real brasileira é alta, se comparada à dos demais países. Não há dúvida sobre isso.

Mostrei também que a latitude da prática de política monetária do Banco Central se situa na faixa superior, ou seja, o Banco Central de qualquer país aplica a política monetária na faixa superior. Nos Estados Unidos, que têm uma taxa de juros real, chamada de equilíbrio, de 2,75%, o Banco Central opera subindo para uma taxa de 4% — nos Estados Unidos essa é uma taxa de contração, uma taxa real; uma taxa de 1% é uma taxa expansionista. No Brasil, certamente o Banco Central tem de operar numa faixa superior.

A pergunta de V.Exa. é: existe possibilidade de essa taxa cair? O que posso dizer-lhe, conforme já mencionei, é que, pela experiência dos demais países, a História mostra que sim. O México é um exemplo. Tinha uma taxa próxima da nossa, que caiu com o passar do tempo. Na medida em que cai o risco país, a taxa real de equilíbrio interna tende a cair também. Portanto, isso é possível. Vários outros países já o conseguiram, como o Chile conseguiu. A experiência de outros países indica que o caminho que o Brasil está seguindo hoje e as propostas que este Governo está fazendo deverão levar, em médio e longo prazos, a uma queda na taxa do Risco Brasil. Isso já está sendo demonstrado pelos mercados, o que significa que o mundo reconhece o esforço que se está fazendo no Brasil nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Antes de encerrar a presente reunião, comunico aos Srs. Parlamentares que a reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização que estava marcada para após esta audiência pública deixará de ser realizada em razão de a Câmara dos Deputados estar realizando sessão com Ordem do Dia.

Informo ainda que a próxima reunião está convocada para terça-feira, dia 8 do corrente mês, às 14h30.

Sr. Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, agradecemos a V.Sa. a brilhante, didática e objetiva exposição que trouxe a esta Casa, com ilustrações bastante esclarecedoras em relação ao segundo semestre do ano de 2002, avançando também para este ano.

O Governo tem participado ativamente das reuniões na Casa, inclusive na Comissão Mista de Planos, Orçamentos, em conjunto com a Comissão de Finanças e de Tributação, com a Comissão de Economia e com a Comissão de Fiscalização do Senado.

Agradecemos penhoradamente a V.Sa. a paciência, assim como o fizemos com os Ministros Antonio Palocci e Guido Mantega, quando aqui estiveram.

Estendemos o agradecimento a toda a equipe do Governo, que não tem faltado aos convites enviados por esta Casa e tem praticado a transparência nos debates para conduzir este País rumo a uma nova qualidade de vida para os brasileiros.

Está encerrada a presente reunião.